



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**27ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de
Qualidade
Ambiental e Gestão de Resíduos – CTQAGR.**

Brasília/DF.
31 de Janeiro de 2018.

(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa ProixL Estenotípia

1 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2 Vamos retomar os trabalhos gente? Bom dia a todos, a minha ideia... a Adriana
3 me corrige, eu estava até conversando com o Wanderley é se eu abro a votação e
4 aí... eu tenho que antes perguntar se tem algum pedido de vista né? Então é isso.
5 Qual é a minha ideia? Eu vou tentar... Bom dia, bom dia, nós vamos tentar agora
6 começar pelos pontos pendentes de ontem. Já temos sim. Tem. Eu estava
7 aguardando, eu cheguei aqui antes das 9h, mas estava aguardando, temos sim, já
8 temos quórum, não, mas eu não vou colocar em votação agora, porque se não a
9 gente talvez perca um tempo de debate importante, vamos começar pelas
10 pendências que foram deixadas para trás de ontem com relação à propostas...
11 Bom dia. Da sociedade civil. Então eu peço que a gente comece pelo artigo... pelo
12 artigo sexto, e a partir daí avaliamos as pendências que nós temos, no momento,
13 eu sugiro que ainda prossigamos com o debate de ontem e com as pendências
14 apontadas para ver se a gente consegue chegar a um texto principal, e a gente
15 deixa a deliberação para os pontos chaves da Resolução que são os art. 3º e 4º.
16 Então está lá na tela. Havia uma proposta de supressão do art. 6º do parágrafo
17 único, era o que a gente estava conversando antes da reunião começar, então eu
18 passo a palavra a Doutora Fátima para ela falar sobre esse assunto.

19

20

21 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGI – TITULAR (MPF) –** Fátima
22 Borghi, Ministério Público Federal. A preocupação desse parágrafo único era
23 trazer a atribuição, a competência para o IBAMA em caráter supletivo, e os
24 argumentos jurídicos eles foram estruturados a partir da Constituição indo para as
25 demais normas, uma vez que, essa construção é feita juridicamente ainda que
26 aqui no CONAMA não conste a atribuição a competência do IBAMA
27 supletivamente, haverá... não deixará de existir a possibilidade judicialmente fazer
28 esse mesmo raciocínio jurídico comprovando a eventual atribuição. Então ainda
29 que não conste porque, por essa razão eu concordo com a retirada, se houver
30 necessidade eu poderei fazer essa construção jurídica perante o Poder Judiciário
31 demonstrando a responsabilidade do IBAMA supletivamente. Então não há
32 prejuízo de imediato efetivo, razão pela qual eu retiro.

33

34

35 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
36 Obrigada Doutora Fátima, então o meu entendimento é que a gente pode retirar o
37 parágrafo único? Tá ótimo. Obrigada pelo seu apoio e pela sua sustentação.
38 Então a gente retira o parágrafo único e permanece o art. 6º, eu acho que a
39 gestão do monitoramento da qualidade do ar e a atribuição dos órgãos ambientais
40 estaduais e do Distrito Federal é consenso do artigo do caput do artigo sexto para
41 todos, né? Há alguma sugestão adicional de texto para esse art. 6º, ou podemos
42 ali colocar uma palavra consenso logo após o seu enunciado? A gente pode
43 acrescentar a gestão do monitoramento da qualidade do ar conforme prevista

44 nesta Resolução, é atribuição dos órgãos ambientais estaduais e do Distrito
45 Federal, não precisa?

46

47

48 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – E porque
49 não pode tirar a gestão...? O monitoramento...

50

51

52 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
53 Espera aí um pouquinho. Vou passar para a Doutora Adriana. Isso nós já
54 discutimos ontem.

55

56

57 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Não falo
58 mais nada, tá bom.

59

60

61 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
62 sabe por que eu pensei? Como previsto nessa Resolução, por quê? Porque
63 eventualmente o processo de licenciamento ambiental, ele vai trazer... o processo
64 de licenciamento ambiental ele vai trazer alguns requisitos de monitoramento da
65 qualidade do ar na área de abrangência daquele empreendimento, e isso pode
66 eventualmente ser do IBAMA, a atribuição, dentro do licenciamento ambiental. Eu
67 não estou falando... eu estou dizendo que a gestão do monitoramento da
68 qualidade do ar conforme prevista nesta Resolução é atribuição dos órgãos
69 ambientais estaduais do Distrito Federal. É por isso que eu colocaria isso, para
70 deixar um pouco mais claro, entendeu? Porque no empreendimento federal de
71 impacto regional ou internacional, por exemplo... ai meu Deus! Desculpa.

72

73

74 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Adriana,
75 DConama. Está certo quando você faz a explicação, mas não dá para
76 compreender isso quando fala só conforme estabelecido nesta Resolução, o que
77 acontece que todo mundo quando ler isso vai querer retirar, entendeu? A ideia é
78 importante.

79

80

81 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá
82 bom. É porque realmente assim, se pensar dessa forma o IBAMA não vai fazer
83 gestão da qualidade do ar, o que e quem vai fazer o... quando a gente discutiu
84 aquela questão da queima controlada para acidentes com óleo, eu me lembro que
85 o Rio de Janeiro até defendeu uma tese muito interessante e a gente colocou um
86 dispositivo naquela Resolução que diz o seguinte, porque o impacto é local, mas
87 podem haver, porque a Resolução se remete ao seguinte, eu só vou permitir a
88 queima controlada quando eu tiver certeza de que os empreendimentos

89 licenciados nas proximidades não vão interferir, tem uma coisa desse tipo na
90 Resolução, e se colocou um dispositivo em relação a disponibilização de dados de
91 monitoramento da qualidade do ar em empreendimentos que não eram
92 licenciados pelos municípios, e aí abrange o licenciamento estadual e federal, foi
93 por isso que eu me lembrei disso, entendeu? Mas eu acho que... eu sou partidária
94 do texto mais limpo, eu tentei colocar isso, então deixemos desse forma, eu acho
95 que... Patrícia Boson, CNT.

96
97

98 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – A ideia é
99 consenso, mas a frase não tá bem, porque “gestão de monitoramento” gente, o
100 que é isso? É gestão da rede, é gestão dos dados, é gestão do que? Entendeu?
101 Só pra pensar.

102
103

104 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

105
106

107 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT)** – Mas não
108 é, porque se o privado quiser fazer uma rede de monitoramento você pode se
109 apropriar do meu dado desde que consistidos, desde que validados publicamente.
110 Bom, vocês pensam melhor, porque a ideia é consenso, ninguém tá discutindo a
111 ideia, mas a frase assim como a Adriana falou que quando chegar lá no Plenário
112 do CONAMA alguém não vai entender nada.

113
114

115 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim.
116 A solução poderia ser talvez a gente conceituar o que nós estamos dizendo por
117 isso ou explicar melhor essa frase ou conceituar o que nós estamos entendendo
118 por gestão... Isso. É, nós não vamos votar agora, mas estamos tentando tirar
119 alguns consensos sobre o texto. Eu vou botar. Eu acho que a gente pode ou
120 conceituar e jogar um conceito para e o art. 2º, ou explicar um pouquinho melhor o
121 que nós estamos entendendo por gestão do monitoramento que, na realidade, é,
122 as responsabilidades que estão descritas nessa Resolução, basicamente é isso,
123 né? Eu acho que a gente poderia explicar um pouco melhor isso. Então ficamos
124 com essa ideia de fazer... eu vou botar uma anotação aqui no meu rascunho, põe
125 uma notinha Henrique e coloca assim consenso, mas coloca entre parênteses
126 (melhorar a redação) pra a gente não esquecer, tá? Melhorar a redação a gente
127 coloca. Já que a gente ainda não tá mandando um texto definitivo a gente fica com
128 esse lembrete tá? Obrigada Henrique, isso. Bom, art. 7º, aí aquela discussão que
129 o Daniel até tinha levantando ontem “Art. 7º Os órgãos estaduais de meio
130 ambiente e de saúde deverão elaborar...” então esse aí podemos colocar um
131 consenso? Eu vou ler novamente “os órgãos estaduais e distritais de meio
132 ambiente deverão elaborar com base...” ah, essa é a questão dos níveis de
133 atenção, alerta e a emergência. Só um minutinho, deixa eu acabar da ler. “... um

134 Plano de Emergência para Episódios Críticos de Poluição do Ar, a ser submetido a
135 autoridade competente do estado ou do Distrito Federal, visando medidas
136 preventivas com o objetivo de evitar graves e iminentes riscos à saúde da
137 população, de acordo com os poluentes e concentrações constantes no art. 9º a
138 APROMAC tem alguma proposta diferente de texto? A Senhora poderia ler?
139

140

141

142 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
(Apromac) – Ontem quando eu apresentei os... Evangelina, Apromac. Eu ontem
143 quando apresentei os episódios eu havia comentado que nós não tínhamos
144 levantado a América do Sul, aí nós fizemos isso ontem para complementar e eu
145 gostaria de pedir só para apresentar a América do Sul padrões e episódios críticos
146 e em seguida a proposta do art. 7º, pode ser?
147

148

149

150 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
151 Desculpa, eu não entendi exatamente o que a Senhora quer apresentar. O texto?
152

153

154

155 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
(Apromac) – A complementação dos dados da América do Sul que eu apresentei
156 ontem e depois a proposta do artigo.
157

158

159

160 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pode
161 sim, pode apresentar.
162

163

164

165 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
(Apromac) – Então é... tá aí o *pendrive*. Esse é o artigo 7º né? Novos padrões do
166 América do Sul. Esse aí. Posso ficar com o...? Então, nós temos aí: México,
167 Argentina, Chile e Peru; depois Brasil, São Paulo e OMS. Então, nós vemos aqui
168 que na América do Sul nós temos em 24 horas MP 2,5 de 45 a 65, a OMS é 25,
169 São Paulo 60. Anual, nós temos de 12 a 25, e todos esses países eles seguem o
170 ÉPA, dos Estados Unidos, e São Paulo e OMS 20 e 10, em relação a MP 10 nós
171 temos desde 75 até 150, o México ele adota 75 e anual de 40 a 50, e ozônio vai
172 de 100 a 137.
173

174

175

176 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
177 Evangelina deixa eu te fazer uma pergunta, você tá falando que todos seguem o
178 ÉPA americana, mas naquela apresentação que você fez ontem...

179

180

178 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
179 **(Apromac)** – Não, os da América do Sul só.

180
181

182 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Para
183 material particular de 2,5 o ÊPA coloca 35, esses todos aí colocam mais do que
184 isso, na tabela de ontem para material particular de 2.5 a agência ambiental
185 americana coloca 35 para 24 horas, e anual 12 primário e 15 para secundário, os
186 valores são todos maiores.

187
188

189 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
190 **(Apromac)** – Eles são maiores, mas eles seguem como referência os Estados
191 Unidos, embora eles adotem valores maiores.

192
193

194 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – E
195 que referência que eles seguem? Nós também seguimos para fazer controle da
196 emissão, fazemos um *mix* de Europa e Estados Unidos aí, mas... mas seguem em
197 que? O que você tá apresentando os padrões, você tá dizendo que segue, mas
198 não segue, é diferente.

199
200

201 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
202 **(Apromac)** – Não segue igual, mas segue como referência, porque isso é relatado
203 no site, entendeu?

204
205

206 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
207 mas nós estamos falando dos valores, então assim, queria deixar claro que para
208 os valores, os valores são diferentes, os valores americanos são mais restritivos
209 do que esses apresentados agora.

210
211

212 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
213 **(Apromac)** – Sim, mas eles relatam que seguem como referência o Estados
214 Unidos então eles se baseiam, mas os valores ainda são altos, ainda assim são
215 mais altos que o ÊPA, e em relação aos episódios críticos que fica mais claro
216 seguir o ÊPA pelos valores, nós encontramos também aqui os valores de atenção,
217 alerta e emergência para os países sendo que México, aqui... o MP 2,5 aqui MP
218 10, então por exemplo, em relação a MP 10 eles seguem os valores do ÊPA,
219 referem isso, sendo que o menor, quer dizer, o que... os valores menores ocorrem
220 no Chile, depois Argentina e depois México, então veja que emergência é superior
221 a 230 e de 200 a...

222

223 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – E**
224 **que o Chile é o (...), só por causa disso, que ele é mais restritivo.**

225

226

227 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
228 **(Apromac) – Depois se vocês quiserem pegar...**

229

230

231 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Na**
232 **hora que o Brasil for ACDE também vai ter que ser mais restritivo.**

233

234

235 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
236 **(Apromac) – Aqui mostra, por exemplo, como não havia encontrado os episódios**
237 **críticos só na França e o dos Estados Unidos que era aquela questão de estar**
238 **defasado, na América do Sul eles têm valores mais restritivos para os episódios**
239 **de emergência. E o art. 7º, está no outro texto.**

240

241

242 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –Tá,**
243 **então agora passa ao texto propriamente dito. Volta pro texto Henrique.**

244

245

246 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
247 **(Apromac) – A ideia do art. 7º na questão da comunicação então é... como eu**
248 **havia explicado, qual é o racional dessa ideia? O racional é que... pode. O racional**
249 **é que como no caso né que nós temos exemplo da CETESB e o Brasil segue os**
250 **Estados Unidos, e como nós vimos que os episódios críticos estão defasados,**
251 **eles foram determinados em 1982, e isso foi respondido pelo EPA, em que eles**
252 **ainda farão a atualização, e tendo em vista que não havia os outros países que**
253 **tinham episódios críticos com exceção da França e agora eu mostrei da América**
254 **do Sul, nós sugerimos que não houvesse os episódios críticos na Resolução, e**
255 **que sim houvesse um plano para salvaguarda, proteção e prevenção em relação**
256 **aos riscos da população em situações em que a qualidade do ar ultrapasse os**
257 **níveis de padrões adotados que já é o que, por exemplo, a CETESB faz em**
258 **relação aos índices de qualidade do ar, e que o Estados Unidos tem feito também,**
259 **ou seja, ele faz a informação, conforme os padrões adotados da OMS no índice de**
260 **qualidade do ar, porque como bem diz a CETESB é realizado o índice de**
261 **qualidade do ar ele é baseado nos padrões da OMS já, então na verdade, ela já**
262 **adota os padrões para o índice de qualidade do ar e para a comunicação à**
263 **população, seguindo o que a CETESB já realiza, e já tem como referência o**
264 **Estados Unidos, e é isso que o Estados Unidos realiza, a cada cor, existe a**
265 **proteção da população no sentido de comunicar a população os riscos que**
266 **existem para aquele grupo populacional. E isso está de acordo com os padrões da**
267 **OMS, conforme o nível vai se distanciando do padrão, a comunicação vai**

268 abrangente populações de risco e aí a população correta têm a sua informação.
269 Então é isso que nós estamos colocando aqui, eu não falei de índice de qualidade
270 do ar porque isso não cabe, isso não cabe aqui, nessa Resolução, mas então eu
271 estou colocando que a comunicação deve ser feita já para proteger a população
272 em relação aos índices. No caso então a CETESB já realiza, mas o que eu
273 considero é melhorar essa parte da comunicação. Então, o art. 7º é o seguinte,
274 “cabe aos Estados...” esse não é o meu né, é o que eu mandei no texto, você
275 colocou aí? Ah, você copiou aqui? Ah tá, na verdade, estava escrito lá que era
276 proposta do Ministério Público Federal, acho que o título ele não copiou,
277 APROMAC e PROAN no texto que eu enviei.

278
279

280 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
281 aqui na Câmara Técnica, a proposta é do Conselheiro, o Ministério Público
282 Federal não é Conselheiro, isso cabia no Grupo de Trabalho, a APROMAC que
283 coloca isso daí.

284
285

286 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
287 **(Apromac)** – Tá bom, é porque como os outros estavam né.

288
289

290 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É só
291 uma questão de forma, não tem problema algum.

292
293

294 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
295 **(Apromac)** – Então “cabe aos Estados a elaboração de um plano para a
296 salvaguarda da população em situações em que a qualidade do ar ultrapasse os
297 níveis dos padrões adotados, os planos contemplaram medidas de prevenção, de
298 aumentos de poluentes e medidas de diminuição de emissão, bem como medidas
299 para salvaguarda da população em frente a exposição, com o objetivo de evitar
300 risco à saúde da população” o que já é feito. Parágrafo Único Parágrafo único “Os
301 órgãos estaduais de controle ambiental informarão a população, mediante
302 inserções na mídia impressa, digital, radiodifusora, televisiva ou outros meios de
303 comunicação, sempre que forem atingidos os padrões de qualidade do ar”,
304 vigentes no caso, porque ainda no caso da CETESB ela já usa o da OMS, mas
305 aqui eu coloco o padrão vigente para não haver confusão, então se ele está acima
306 da OMS se seguiria o padrão vigente, esclarecendo-se ainda as medidas
307 adotados pelo órgão de controle ambiental e aquelas que devem ser tomadas pela
308 população para minimizar possíveis danos à saúde, os planos serão declarados
309 quando, prevendo-se a manutenção das emissões bem como construções
310 meteorológicas e desfavoráveis à dispersão dos poluentes nas 24 horas
311 subseqüentes.

312

313 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
314 tenho uma dúvida, eu queria colocar. Nós estamos... eu não sei como é que
315 funciona hoje nos estados...

316

317

318 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
319 **(Apromac)** – Superados os padrões, está certo.

320

321

322 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
323 tenho uma dúvida em relação a isso, é a primeira vez que nós falamos deste
324 plano, esse plano não faria... nós estamos falando no Art. 3º, sobre os planos
325 estaduais de controle das emissões atmosféricas e dos relatórios de avaliação da
326 qualidade de ar, que deve ser elaborados pelos órgãos estaduais de meio
327 ambiente, em que pese nós termos três propostas distintas, eu acredito que todas
328 as três não excluem essas possibilidades de termos esses dois requisitos. Esse
329 plano de comunicação seria um terceiro plano ou faria parte do plano estadual de
330 controle das emissões atmosféricas? Me preocupa fazer uma série de exigências
331 em relação a vários planos e a gente ter uma compartimentação do tratamento da
332 questão.

333

334

335 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
336 **(Apromac)** – Na verdade, como a proposta... existe uma proposta anterior, no
337 caso antes era do Ministério Público e do PROAM, que contemplava a questão da
338 comunicação.

339

340

341 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
342 sei. Eu já tinha essa dúvida. Como esse assunto ficou sempre sendo tratado
343 dessa forma, é uma pergunta que eu tenho agora, é uma dúvida.

344

345

346 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
347 **(Apromac)** – Só pra esclarecer, na verdade, esse plano é um plano de
348 comunicação, quando ultrapassado o padrão, que já é o que é feito com o índice
349 de qualidade do ar, só que a gente, o que nós estamos fazendo é, colocar isso na
350 Resolução, para garantir que a população tenha a comunicação e possa...

351

352

353 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
354 não, eu não estou entrando no mérito da necessidade dele, isso eu não estou
355 entrando, eu estou entrando no aspecto formal, vai ser mais um plano, a gente ai
356 tem que dar um nome à ele e minimamente explica-lo ou nos conceitos ou aqui
357 para que tenha uma compreensão, porque você tá falando em plano de

358 comunicação, mas aí não tá escrito em lugar nenhum que é um plano de
359 comunicação.

360

361

362 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
363 **(Apromac)** – Não tá, mas pode até ser escrito, a gente pode olhar e voltar se
364 caberia.

365

366

367 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas
368 desde o Grupo de Trabalho eu estou te pedindo um detalhamento disso e você
369 não nos apresentou.

370

371

372 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
373 **(Apromac)** – Não, agora eu apresentei.

374

375

376 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
377 Desde o Grupo de Trabalho eu estava te pedindo isso, agora que você
378 apresentou. Então assim, e esse assunto vem sendo empurrado, ele já foi retirado
379 e já voltou, então assim eu queria um esclarecimento um pouco maior, e aí eu
380 tenho uma segunda dúvida, a segunda dúvida seria, não seria melhor... eu não
381 gosto muito da forma redacional, da gente descrever exaustivamente, por
382 exemplo, “mediante inserções nos meios de comunicação” aí lá tá descrevendo
383 “mídia impressa, digital, radiodifusora, televisiva ou outros meios de comunicação”
384 eu acho que o detalhamento é ruim, mediante inserção dos meios de
385 comunicação, o texto fica mais limpo, o termo que se usa em Resolução do
386 CONAMA não é órgão de controle ambiental, são órgãos ambientais competentes,
387 no nosso caso que a gente está dizendo que são os Estados, então são os órgãos
388 estaduais de meio ambiente, a gente têm que usar esse termo do início ao fim se
389 não uma hora a gente vai falar em controle, outra hora vai usar órgão competente,
390 aqui a gente está falando que é o órgão estadual de meio ambiente. Então há
391 algumas correções aí de forma a serem feitas na proposta, e também a última...

392

393

394 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
395 **(Apromac)** – Então, esse texto... Só uma coisa...

396

397

398 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Uma
399 última dúvida aí depois eu te passo a palavra, eu tenho inscritas a Patrícia e a
400 Doutora Fátima. A Patrícia levantou a mão antes, o Cláudio também. Bom, a sua
401 última frase, você tem duas frases, um segundo parágrafo no caput ele é o que?
402 Eu normalmente não tenho ponto no meio do caput, ou isso é um parágrafo ou

403 isso é um novo artigo, também não tenho... tem um outro parágrafo grande, o
404 parágrafo único e tem uma outra frase solta, isso seria um novo parágrafo ou
405 seria... não, fazer parte do parágrafo único não seria porque não se usa ponto
406 nesse tipo de parágrafo, se não fica um parágrafo enorme de 20 linhas, não é uma
407 técnica jurídica redacional muito boa. Então eu só queria esses esclarecimentos,
408 por favor.

409

410

411 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Aqui é
412 um texto apresentado por uma médica, então acho que nós podemos melhorar
413 isso porque realmente é parágrafo primeiro, parágrafo segundo, mas quem é da
414 área jurídica tem condições, ela fez isso ontem à noite enquanto eu estudava a
415 questão do IBAMA, então eu acho que não temos que criticar o texto em si porque
416 isso pode ser melhorado...

417

418

419 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
420 Doutora Fátima eu fiz algumas colocações de pontos que eu levantei, agora não é
421 a área jurídica que faz.

422

423

424 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Sim, nós
425 podemos fazer

426

427

428 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tem
429 que sair dessa Câmara Técnica uma redação razoável, a área jurídica não
430 concerta o texto para nós

431

432

433 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Tá certo.

434

435

436 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –Nós
437 temos que levar uma proposta de texto para a CTAJ – Câmara Técnica de
438 Assuntos Jurídicos.

439

440

441 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Nós
442 podemos fazer, mas como a Senhora tem bastante experiência na Resolução e
443 com certeza muito mais que todos aqui, perfeitamente mais que eu, então eu acho
444 que teria condições, eu só leio um parágrafo como questão de ordem também,
445 integram também o Plenário do CONAMA na condição de Conselheiros,
446 convidados, sem direito a voto o Ministério Público, é que foi dito que o Ministério
447 Público não...

448

449

450 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
451 sei. Eu só falei que vocês não fazem parte dessa Câmara Técnica, então assim,
452 quem tem direito de voz e voto nesta Câmara Técnica são os Conselheiros.

453

454

455 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – É.** O
456 Ministério Público não tem direito a voto em qualquer lugar.

457

458

459 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
460 sei, mas aqui nesta Câmara Técnica quem tem direito a fazer inserções ao texto
461 são os Conselheiros, a Doutora Patrícia Boson é Conselheira do CONAMA, aqui
462 ela faz sugestões desde que a gente ceda a palavra à ela como eu cedo a
463 Senhora, mas o que eu estou dizendo é que quando eu falei que era a APROMAC
464 é porque nós não estamos mais no Grupo de Trabalho, em que a gente colocava
465 todas as associações aqui presentes, era uma questão de forma, é o Conselheiro
466 que faz a proposta, ele pode ter a ajuda de quem ele quiser para colocar essa
467 proposta, mas formalmente eu coloco a APROMAC ali na tela. Está certo?

468

469

470 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Não,
471 não. Eu não queria que o Ministério Público...

472

473

474 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** A
475 Senhora não precisa ler o regimento porque eu conheço um pouco o regimento.

476

477

478 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Então
479 também conhece como vamos fazer isso, nós podemos mudar um pouco né?

480

481

482 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Sim,
483 eu só pontuei depois da apresentação da Evangelina os pontos com os quais eu vi
484 alguma falha para a melhoria do texto. Patrícia, por favor.

485

486

487 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
488 **(Apromac) –** Eu não devo responder o que você pontuou?

489

490

491 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
492 Vamos ver se a Patrícia não tem uma outra questão, você responde no final.

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506

507

508

509

510

511

512

513

514

A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT) – Bom, eu acho que não é só uma questão assim de forma certa ou errada, talvez realmente precisamos de recolocar, porque não está dando é pra entender, não dá pra entender, talvez porque um artigo tenha ponto, então quer dizer, num único artigo duas ordens em um único artigo você obriga o Estado, no outro ponto você está explicando o que está obrigando ao Estado, isso fica muito confuso e chamando de plano, que é genérico, que plano? O plano que já foi dito lá na frente? É um outro plano, é uma outra questão? Especificamente não é só uma questão de forma, é uma questão de entendimento da ideia, o que está posto aí não dá nem para gente melhorar o texto porque, eu pelo menos não estou entendendo o que está posto, eu não estou sabendo o que está sendo colocado. Está pedindo para o Estado fazer um plano de comunicação, é isso? Aí plano de comunicação então será que não teria que estar lá nas definições, dizer o que é o tal do plano de comunicação antes de pedir o Estado pra fazer, porque depois no final ali os planos são declarados, são declarados por quem? Declarados o que? A frase nem continua, os planos são declarados quando e aí quando são declarados o que? Então quer dizer, a ideia... eu estou colocando uma dúvida para os propositores se eles não prestarem atenção como é que... eu não vou falar. Eu estou colocando uma dúvida é para vocês propositores, vocês estão interessados em ouvir a dúvida?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

515

516

517

518

519

520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535

536

537

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O Cláudio está inscrito, e eu inscrevo Bocuhy e Evangelina.

O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Olha, eu proponho que a ABEMA não estenda essa discussão sobre esse item e rejeitem completamente. Primeiro, o “cabe a elaboração de um plano para salvaguarda da população em situações... ultrapasse os níveis dos padrões” ou seja, a gente tá colocando episódios aí, o padrão vira episódio, e não tem o menor sentido, nós vamos parar quantas vezes para 230 vezes por ano Cubatão virar Parisi é isso? Um plano... É. Então você proponha isso...

A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apramac) – É. A população está morrendo.

O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Que população? Que população? A população de Vila Parisi, não existe, quem que mora lá, passarinho?

538

539

540 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
541 **(Apramac)** – Não é só Vila Parisi.

542

543

544 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Eu estou falando de Vila Parisi
545 quando eu falo em 230 dias, quando eu falo 230 dias é Vila Parisi, quando eu falo
546 Cubatão Centro o dado é completamente diferente, para falar das coisas precisa
547 saber das coisas, Cubatão Centro não tem nada a ver com o Cubatão Industrial,
548 agora o que vocês querem? Que esse País vire um vagalume que para indústria,
549 segura indústria, é isso que vocês querem? Não tem sustentação nenhuma em
550 lugar nenhum do mundo uma loucura como essa, isso é loucura. Eu proponho que
551 a ABEMA rejeite totalmente isso aí e acabou, sem muita discussão.

552

553

554 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
555 **Bocuhy e depois Evangelina.**

556

557

558 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, eu queria
559 discordar do Cláudio, porque sem salvaguarda para um episódio como esse nós
560 vamos ter problemas sérios com relação à proteção da população, aí Cláudio a
561 gente tem que achar um caminho do meio que seja possível você proteger, e se
562 for o caso em algumas situações onde você tem um extrapolamento de poluição o
563 ano todo, tem que haver um plano de controle não é? Se não vai ter que parar
564 mesmo, o México fez isso, a China faz isso, muitos países fazem isso, agora não
565 é porque a gente entende que o Brasil não pode parar que a gente não vai tomar
566 as medidas necessárias. Agora, eu creio que o nosso problema aqui Doutora Zilda
567 é nós conseguirmos fazer uma redação que atenda a essa necessidade não é?
568 Então nós propomos que se volte a proposta anterior e deixamos aberto para uma
569 possibilidade de melhoria do texto, podemos prosseguir dessa forma?

570

571

572 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Aí
573 vocês tiram a proposta que tá aí? É isso?

574

575

576 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** –Tiramos essa por
577 enquanto, retornamos à outra com a proposta da melhoria do texto.

578

579

580 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
581 **Manifestação? André, ABEMA do Estado do Rio de Janeiro.**

582

583

584 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, AMEBA.
585 O que me preocupa um pouco Conselheiros é mais uma vez entendendo o Doutor
586 Bocuhy a necessidade do debate é que me parece que os pontos principais da
587 Resolução o debate já está bastante avançado, as posições já estão definidas,
588 onde foi possível consenso a gente alinhou, ontem mesmo nós cedemos em
589 algumas propostas que a ABEMA fez e declinamos em favor de outras, mas me
590 parece que a gente precisa avançar, a gente precisa ter uma proposta, mais uma
591 vez, ter o pelo imediato traz ganho imediato e adiar mais uma vez “ah vamos
592 elaborar o texto, vamos parar, vamos pensar melhor” eu não vejo muito mais
593 como essa discussão avançar porque a discussão foi feita, já foram quatro anos
594 de discussão, então eu vejo que vocês tem todo o direito de apresentar as
595 propostas, as emendas, mas a gente tá aqui, toda uma Câmara mobilizada
596 aguardando um texto ser feito aqui ao vivo, e não me parece que isso é adequado,
597 uma coisa é apresentar uma emenda na hora da votação porque o texto pode ser
598 melhorado e essas contribuições são muito bem-vindas, mas deixar para fazer
599 aqui o texto com todas as pessoas que estão aqui mobilizadas não me parece ser
600 a forma mais adequada. Então a minha sugestão Zilda é que, não havendo mais
601 pontos a serem debatidos que a gente comece a deliberar, e aí vocês terão um
602 tempo para elaborar um texto alternativo à esse artigo, mesmo porque em duas
603 horas aí teremos um recesso e na hora da votação vocês apresentam o destaque.
604 Eu acho que fica melhor para vocês e fica melhor para a Câmara. Uma sugestão.

605 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
606 Deixa eu fazer uma... Eu vou passar para você.

607

608

609 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu queria só um
610 aparte.

611

612

613 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pois
614 não.

615

616

617 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – A grande
618 preocupação a Senhora sabe, é a nossa... é suprimos essa lacuna não é? Não se
619 trata aqui de uma dificuldade operacional nossa, é que existe uma lacuna nesse
620 sentido na minuta e nós vamos ter que superar, se for pela eficiência nossa o
621 também foi por deficiência de vocês que isso deveria tá contemplado de alguma
622 forma, os Estados deveriam ter tido essa preocupação desde o início, então eu
623 creio que quando nós falamos aqui de uma construção democrática, ela deve ser
624 feita por todos nós, nós temos aqui uma lacuna de salvaguarda que temos que
625 contemplar. Agora, nós também fomos bastante paciente no sentido de que a
626 gente não pediu vistas até agora para fazer uma revisão do processo, nós
627 estamos aqui em atenção a própria coordenação, nós estamos levando o máximo

628 dessa discussão até o ponto que a gente conseguir dirimir todas as dúvidas
629 possíveis no sentido de contribuir mesmo.

630

631

632 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Doutor Bocuhy eu
633 entendo, mas nesse caso a gente já tem o dispositivo que, inclusive foi consenso
634 na última reunião, ele tá ali na proposta, o ponto que eu coloco aqui é que
635 infelizmente nós entramos em *looping*, a gente tá tendo consenso e depois volta e
636 abre de novo o que era consenso na última reunião em Doutor Bocuhy, eu vou
637 aguardar o Doutor Bocuhy porque eu gostaria que ele me desse atenção que eu
638 dou quando eu ouço com atenção cada palavra que o Doutor Bocuhy profere e
639 gostaria de contar com a recíproca. Doutor Bocuhy o que eu estou dizendo é o
640 seguinte, essa lacuna que o Senhor se refere ela tem ali o art. 7º tratando e o que
641 eu tô colocando com preocupação foi o seguinte, nós debatemos esse artigo na
642 última reunião, levou algumas horas, mas saiu, já tinha o consenso, se tem uma
643 proposta para melhorar, e já tem a proposta feita isso é uma coisa, mas reabrir os
644 pontos de consenso é que me preocupa porque a gente começa a entrar num
645 *looping* que não tem fim. E mais uma vez o imediato ele traz ganho imediato, adiar
646 a discussão é que não traz ganho imediato. Então, por isso que eu aqui consulto
647 rapidamente se algum Estado tem alguma discordância, mas eu queria propor à
648 presidência que a gente já iniciasse a votação porque eu não vejo outro caminho,
649 as posições tão definidas, as opiniões já estão dadas, os esclarecimentos foram
650 prestados, eu não vejo mais como continuar num debate que o debate já foi feito,
651 foi respeitado, foram mais de 4 anos. Então, o apelo que eu faço a presidência da
652 casa é no sentido de que a gente avance, porque tem outros assuntos muito
653 importantes e críticos que precisam do espaço dessa Câmara para serem
654 debatidos também. Obrigado.

655

656

657 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
658 gostaria de ouvir os demais Conselheiros. Wanderley, CNI.

659

660

661 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
662 **(Apromac)** – Não sou eu? Porque era eu depois do Bocuhy, ele já falou antes de
663 mim.

664

665

666 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Pode
667 falar então. Eu achei vocês tivessem articulados e conversando entre si, mas
668 antes de passar para o Wanderley eu passo para você então Evangelina, porque
669 vocês ficam conversando o tempo todo e eu achei que a opinião fosse mais ou
670 menos a mesma.

671

672

673 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
674 **(Apramac)** – Então voltando pra... desde o que você comentou né, e depois as
675 outras falas, esse texto ele foi baseado no texto que já existia. Basicamente isso,
676 quer dizer, o entendimento e o que se modifica no texto é a base do plano de
677 comunicação segundo a ultrapassagem dos padrões, mas o texto, se voltar no
678 texto anterior as palavras são a mesma, a posição da frase é a mesma, retirando o
679 final da frase e enfim, praticamente não foi alterado, vocês aceitaram que eu
680 fizesse e eu me comprometi a vir e apresentar hoje de manhã o art. 7º, eu não
681 vejo que isso seja diferente do que já é realizado, por exemplo, pela CETESB e
682 órgão quando eles utilizam o índice de qualidade do ar baseado nos padrões da
683 Organização Mundial de Saúde e pelo contrário, eles são até mais restritivos, eu
684 tô propondo que se baseie no padrão esse plano de comunicação na tentativa de
685 garantir a população que tenha essa informação porque na forma como ela é feita
686 hoje então aí eu não entendo o porquê a CETESB ficou tão brava com essa
687 proposta porque já é o que ela faz, a diferença é que a proposta é que essa
688 comunicação chegue mais à população, então é uma garantia nesse sentido, já
689 estava sendo tratado a comunicação à população, esse texto já existia dessa
690 forma, eu não vejo problema nenhum de tirar televisiva... pode ser só
691 comunicação pra população e enfim, então é só uma questão de ajuste, o texto é
692 o mesmo, já estava sendo debatido, nós retiramos todos os outros artigos
693 propostos e colocamos nesse e retiramos os episódios críticos, esse que era da
694 comunicação nós fizemos dessa forma, eu não estou fazendo absolutamente nada
695 diferente, apenas retirei e eu tô colocando tudo numa redação que já existia, é só
696 pegar a redação anterior colocar em cima do que foi proposto e vocês vão ver que
697 é a mesma redação, então não é absolutamente nada novo, é uma redação
698 escrita de algo que ficou para ser discutido justamente nessa reunião do dia 30 e
699 31 e ontem foi permitido que eu trouxesse o Art. 7º.

700
701

702 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
703 Posso fazer um esclarecimento Evangelina? Se não me falha a memória, essa
704 redação já tinha sido toda retirada no Grupo de Trabalho, e aí eu recebi um ofício
705 do Ministério Público dizendo que como o GT não era deliberativo, que esse
706 assunto fosse trazido para a Câmara Técnica. Então, na Câmara Técnica, da
707 reunião passada, foi pedido que fosse apresentado um texto e que não foi
708 apresentado mesmo naquele e-mail que não foi colocado pelo CONAMA no ar,
709 não havia sido apresentada nenhuma proposta de texto por parte da APROMAC,
710 então o fato da Senhora dizer que esse texto já era de conhecimento de todos,
711 era, inclusive já tinha sido pedido a retirada de parte desse texto que a Senhora tá
712 colocado e foi retirado no GT, até nós recebermos aquele ofício do Ministério
713 Público, dizendo que o grupo não era deliberativo e que esse assunto fosse
714 trazido à Câmara Técnica, e o grupo aí foi... os seus trabalhos terminaram e nós
715 trouxemos esse assunto para a Câmara Técnica para deliberar. Então assim, a
716 sua justificativa em parte explica, mas não explica totalmente qual é a posição que
717 foi levantada, de qualquer sorte, o texto ainda é um texto muito preliminar. Eu

718 queria só fazer uma observação que o André falou, eu entendo a preocupação da
719 ABEMA na votação do tema, mas na hora que eu abria a votação eu tenho que
720 perguntar se alguém tem pedido de vista, e aí o debate eu tenho certeza que
721 temos pedido de vistas em pauta e, inclusive... aí eu não vou ter mais deliberação
722 nenhuma sobre o texto, ele precede à votação.

723

724

725 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – E ele precisa ser
726 aprovado por maioria simples?

727

728

729 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim.
730 Tá bom?

731

732

733 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Ok. Obrigado.

734

735

736 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A
737 gente pode colocar isso em pauta também. Mas, antes eu tenho alguns inscritos,
738 eu tenho o Wanderley, Patrícia e Vitor inscritos. Eu passo pro Wanderley depois a
739 Patrícia e pro Vitor.

740 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Bom, Wanderley,
741 CNI. Bom dia a todos. Doutora Zilda a senhora está muito paciente, mais do que
742 eu não vi nos últimos 20 anos. É que, na verdade né, é, na verdade gente a última
743 reunião que nós tivemos nessa Câmara Técnica onde esse tema já tinha sido
744 debatido e se voltou nosso a rediscutir essa questão foi em outubro de 2017
745 passou-se novembro e dezembro e estamos no final de janeiro, e foi colocado,
746 está escrito nas versões que nós temos que os setores que... você inclusive abriu
747 para que se pudesse fazer novas propostas. A ABEMA fez, a CNI não tinha
748 propostas a fazer, nós estávamos construindo um consenso tá? E aquilo que nós
749 tínhamos que apresentar, uma parte apresentamos ontem e a outra nós vamos
750 apresentar hoje porque acordamos isso. Eu acho muito ruim de fato, você, um
751 representante aqui no caso a APROMAC não ter usado esse direito durante esse
752 período todo de fazer a apresentação do texto que era interessante pra avaliação
753 prévia nossa, a análise e deliberação na Câmara Técnica. Então, eu acho que
754 talvez a gente esteja e realmente chegou ao limite de apenas debater. Eu acho
755 que a gente talvez temos que deliberar Doutora Zilda, tem que se colocar a
756 questão do pedido de vistas na mesa, a gente analisar essa questão e partir para
757 a deliberação, porque de fato isso a gente debateu em dois momentos nos GTs -
758 Grupos de Trabalho e em dois momentos nas Câmaras Técnicas, chegou um
759 ponto que todos nós aqui ficamos digamos cansados, ansiosos de ver essa
760 questão prosseguir porque a Câmara Técnica também não poderia ficar refém de
761 um tema desse eterno, tem outros temas, nós sabemos, na agenda de
762 preocupação do próprio Ministério que aguardam ser analisadas tão logo a gente

763 consiga deliberar. Eu acho que a minha ponderação... queria ouvir os demais
764 Conselheiro talvez seja a gente partir pra esse campo, porque o debate eu acho
765 que chegou no ponto que se esgotou. Obrigado.

766

767

768 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
769 Obrigado Wanderley. Doutora Patrícia.

770

771

772 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON – SUPLENTE (CNT) –** Bom,
773 primeiramente gostaria de atenção dos propositores porque senão fica difícil. Além
774 de Conselheira, eu sou membro da Câmara como suplente vii Zilda, sou membro
775 dessa Câmara também, e gosto como Conselheira de acompanhar na Câmara
776 essas discussões, porque quando chega no Plenário a gente tem uma noção
777 melhor do que tá sendo posto né, e ao mesmo tempo eu cheguei à esse assunto
778 quando veio pra Câmara, então eu acho que é a segunda ou terceira reunião, é
779 segunda... então eu estou menos cansada do que vocês em relação ao texto.
780 Então eu estou menos assim com o nível um pouco menos de estresse, o que eu
781 disse e o pessoal estava conversando e não ouviu, não é nem que o texto tá ruim
782 ou tá... ele não está compreensivo. Eu que estou chegando agora, digamos assim,
783 eu estou vendo ele pela primeira vez, eu não entendo a ideia posta. Então a minha
784 colocação era, não dá nem pra ser contra e nem a favor e nem de melhorar,
785 porque eu não entendi o que tá sendo posto, da forma como tá escrito, talvez pelo
786 fato da apresentação num único artigo ter 3 a 4 comandos, no parágrafo que é a
787 explicação do artigo não tá explicando nada, tá dando é outro comando, talvez por
788 isso eu não consegui entender o que tá sendo posto, depois que a Doutora Zilda
789 colocou e isso vem desde a Câmara Técnica, agora eu tô entendendo que se trata
790 de uma estratégia, uma estratégia de discussão, de requestrar o galo como se diz
791 no interior de Minas. Então eu fico de acordo com a proposta, apenas concordar
792 com a proposta do Wanderley e o André colocaram. Obrigada.

793

794

795 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
796 Obrigada Doutora Patrícia. Vitor. Tem mais alguém...?

797

798

799 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Anamma/SE) –** Bom
800 dia, Vitor, Anamma. Eu, na verdade, eu também tô concordando com o André e
801 com o Wanderley que o debate já se esgotou, a gente não tem mais, a gente não
802 tá conseguindo mais entrar em nenhum consenso. Então era só, na verdade, uma
803 sugestão pra que a gente comece a deliberar realmente né.

804

805

806 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
807 Doutor Bocuhy.

808

809

810 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, eu queria fazer
811 um apelo pra essa Câmara, o pessoal da ABEMA, das outras instituições também,
812 pra nós, pra Sociedade Civil acho que pro pessoal que trabalha com saúde pública
813 essa questão do plano de contingência, do plano de comunicação é um elemento
814 muito importante de fato nós não conseguimos ainda formatar isso de uma forma
815 adequada, mas pra nós isso é uma lacuna, então longe de se pensar que isso seja
816 uma estratégia de discussão ou qualquer coisa nesse sentido, não é. É uma
817 questão de preocupação. O pessoal da saúde tá aqui e sabe que essa é uma
818 preocupação muito forte. Então a nossa intenção não é prorrogar a discussão,
819 pelo contrário, nós queremos mesmo é resolver esse problema, a minha proposta
820 foi clara, que a gente retorne ao texto anterior da forma como ele estava, já que
821 esse tem as suas dificuldades, e tentamos melhorar aquele texto para ele suprir
822 essa lacuna, apenas isso. Eu acho que se existe alguma paciência aqui nesse
823 processo, não é nossa, não é? Não tem sido nossa, na verdade, isso tá
824 acontecendo, nós temos ainda um dia pra discutir talvez possamos deliberar sei
825 lá, o que for decidido pro final do dia, mas nós temos ainda na manhã do segundo
826 dia da discussão. Então por que não podemos melhorar essa questão que é tão
827 importante para nós né? Dizer que situações de emergência, contingência,
828 comunicação num processo de transparência de gestão não é... deve ter sua
829 atenção, é, no meu ponto de vista deixar uma lacuna é indesejável. Então eu
830 reitero meu pedido de voltar pro texto anterior e tentarmos Doutora Zilda uma
831 melhoria, aí até convocando a experiência que os Senhores têm na área de
832 gestão pra que isso possa ser feito com eficiência.

833

834

835 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
836 Antes de passar a palavra pra você, tem você, Doutora Fátima e Daniel inscritos.
837 Já havia no texto original uma proposta que vem desde o início, que é a proposta
838 de do Art. 7º. Tá, que a gente só teria por coerência que reformular um pouco.
839 Mas, havia uma segunda proposta que foi feita em determinado momento, similar,
840 mas mais... levanta um pouquinho Henrique, por gentileza. Essa proposta aí era a
841 proposta que vinha sendo melhorada da Câmara Técnica, que é a proposta 26ª
842 CTQARGR, e aí... bota mais adiante o texto. E tinha essa proposta de Art. 8º que
843 ela é similar, mas ela fala... pra mim ela está contida dentro da anterior, mas foi
844 uma proposta feita pelo Ministério Público, pela FURPA e pela PROAN ainda no
845 Grupo de Trabalho, e a ideia seria deixar a original do 7º e retirar essa. Foi nesse
846 ponto que a Sociedade Civil disse que ia propor uma redação, e foi essa redação
847 que só chegou à mesa agora, um tanto confusa pra gente poder deliberar sobre
848 ela. Então assim, o texto original, os debates que foram feitos na Câmara Técnica
849 e no Grupo de Trabalho ainda eram em cima deste artigo 7º primeiro, dessa
850 primeira proposta, essa vinha desde o início, a Sociedade Civil fez uma outra
851 proposta em determinado momento no Grupo de Trabalho que numa deliberação
852 do GT, eu estou só prestando um esclarecimento não to fazendo nenhum juízo de

853 valor em cima do texto. Nós deliberamos que ela era pequena e incompleta, que
854 foi aquela segunda depois dessa proposta da APROMAC, e aí lembrando, vocês
855 ficaram de apresentar uma nova proposta, eu tô entendendo que agora vocês
856 estão voltando pro texto original que vinho tendo um mínimo de concordância
857 entre outros que era o primeiro texto de Resolução da 26ª. Então assim, só pra
858 prestar esse esclarecimento. Eu acho que há, os órgãos estaduais de meio
859 ambiente, aí eu passo a palavra pro André, eles não estão discordando da
860 necessidade desse plano, tanto que vinham concordando com esse texto original
861 que tá aí, que pode até ser melhorado e tal com algum ponto aqui e outro, mas ele
862 vinha sendo melhorado, aí eu queria só fazer depois uma pergunta objetiva, eu
863 tenho inscritos: o André, a Fátima e o Daniel. Posso inscrever na sequência a
864 Evangelina perguntando se PROAM, Ministério Público e FURPA... PROAM era o
865 Bocuhy ainda que assinava né? O Ministério Público veio às reuniões, e FURPA
866 era o Francisco que estava representando, se concorda com a retirada do
867 segundo texto que me parece que ele é menor e ele está contido, aquele “cabe
868 aos Estados” aquele que tá na tela, que ele é menor e ao meu ver ele está contido
869 dentro daquele original, que aí a gente diminuiria essa confusão e ficaria
870 trabalhando num texto só, porque a gente tá propondo outro sem eliminar os
871 anteriores, por isso que tá essa confusão. E nisso antes de colocar, em
872 deliberação a gente limparia um pouco mais esse texto que tá confuso porque
873 algumas pessoas não fizeram dever de casa ou não leram o texto assim,
874 eliminando aquele que tinha sido colocado que é esse que tá na tela. André,
875 Doutora Fátima e Daniel, na sequência.

876

877

878 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – A proposta que eu queria
879 oferecer se todos concordarem... eu entendo a necessidade que vocês colocaram,
880 a proposta é a seguinte, a gente inicia a deliberação e a gente faz aqui um acordo
881 de cavalheiro de não tratar esse artigo 7º e 8º antes do início da tarde, que os
882 Senhores vão ter o tempo do recesso pra apresentar uma proposta alternativa
883 como emenda. Então é isso que eu estou disposto a propor, a gente não trata
884 esses assuntos agora, a gente já começa a deliberar pra liberar a agenda, liberar
885 a pauta da Câmara e a gente assume o compromisso de não deliberar esse art. 7º
886 e 8º agora, dando o tempo do recesso para que vocês elaborem uma proposta,
887 vocês vão ter o tempo pra trazer o texto e a gente libera a Câmara para seguir
888 adiante. O que vocês acham?

889

890

891 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Doutora Zilda não é
892 muito regimental né, mas eu gostaria de pedir um pequeno recesso de cinco
893 minutos para nós discutirmos essa questão se possível, entre a Sociedade Civil e
894 o Ministério Público. São cinco minutos.

895

896

897 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Pode
898 ser? Posso suspender momentaneamente?

899

900

901 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** É cinco minutos.

902

903

904 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
905 tenho inscritos. Eu tenho a Doutora Fátima, tem o Daniel, agora o Renato... Ah
906 perdão, o Bernardo e o Renato. Bocuhy, vamos só ouvir os inscritos? Paro no
907 Renato e aí a gente faz esses cinco minutos. Doutora Fátima.

908

909

910 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** É, eu
911 fiquei muito feliz com a fala do Doutor André, a respeito de que há necessidade
912 mesmo de que haja um plano avisando ou comunicando, um plano prevendo isso,
913 não podemos pensar como no calor da emoção da discussão de pular, pula e
914 esquece esse artigo e desconhece. Eu achei muito bom isso de que há
915 necessidade, o Ministério Público agradece isso, porque eu acho que se ficaria
916 muito ruim o CONAMA emitir uma Resolução, uma Resolução como norma
917 primária uma coisa forte sem prevê isso, sem prevê...

918

919 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
920 Doutora Fátima isso tá previsto desde o texto original. E ninguém nunca pediu a
921 retirada. O que se pediu a retirada foi do segundo texto proposto numa
922 determinada reunião, por achar que ele estava contido no outro, foi aquela
923 explicação que eu dei.

924

925

926 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** É porque
927 houve explanações aqui dizendo pra retirar, e retira, e como aquilo tinha sido
928 retirado segundo e retira-se tudo, morreria esse assunto, que foi a minha
929 preocupação e foi por isso que eu pedi a fala. E como Doutor André me antecedeu
930 e falou da necessidade de que isso exista, eu fico muito feliz. Agora, eu acho
931 como já botamos nesse primeiro, independentemente do recesso, eu acho que
932 poderíamos discutir isso, porque agora seria... já discutiu bastante, seria um pouco
933 mais rápido eu acho, por causa até da elasticidade das emoções aqui, então eu
934 acho que seria um pouco mais rápido, eu acho que não haveria necessidade de
935 pular isso pra deixar pra tarde. Isso é minha opinião.

936

937

938 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
939 Daniel.

940

941

942 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Bom dia. Na
943 verdade, eu não quero fazer nenhuma colocação. Daniel, Ministério da Saúde.
944 Nenhuma colocação com relação ao texto, é que na verdade eu acho que a
945 reunião começou um pouquinho mais agitada vamos assim dizer, e eu acho que
946 primeiro eu acho interessante a gente dar uma pausa pra gente tentar se acertar e
947 com relação a abrir pra uma deliberação agora, mas eu se eu entendi bem a sua
948 proposta Zilda, eu acho que realmente a gente não deveria fazer... eu realmente
949 acho que não deveria a gente fazer nesse momento abrir pra uma deliberação
950 porque acho que o texto está realmente ainda... é possível a gente melhorar
951 algumas questões do texto, acho que alguns pontos realmente não tem consenso,
952 está claro. Mas em outros pontos eu tenho certeza que a gente pode melhorar já,
953 antes de abrir pra uma deliberação. Obrigado.

954
955

956 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
957 Renato.

958
959

960 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Eu queria fazer só... É Bernardo.

961
962

963 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
964 Perdão! Bernardo e Renato. Tá escrito aqui, eu li errado. Bernardo eu tô te
965 boicotando o tempo todo Bernardo (*Risos!*).

966
967

968 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Bernardo, CNC. Eu acho que a
969 gente... você falou um pouco do que eu estava... do meu sentimento que eu até
970 compartilhei com o Wanderley, parece que a gente tá vivendo um djavú da 26^a
971 Reunião. A gente tá... parece que a gente tá em uma poça de lama a gente vai
972 mexendo, vai mexendo e não sai de lá, então vamos pedir um pouco mais de foco,
973 eu acho que a gente tem pontos que nós podemos deliberar sim né, existem
974 pontos de consenso, vamos tentar enxugar e o que for debate que não tiver
975 consenso vamos partir pra deliberação.

976
977

978 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
979 Renato. Desculpe.

980
981

982 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Imagina.
983 Renato, ABEMA. Eu queria só ressaltar o seguinte, a questão como foi colocada,
984 a questão dos episódios críticos vem sendo trazidas, ela vem da 03 e eu acho que
985 a proposta que foi colocada pela APROMAC ela muda um pouquinho o conceito
986 que tinha sido proposto e que está na 03, por isso que eu acho que é uma

987 mudança, eu tenho uma proposta o seguinte, lendo o texto que tá lá no Art. 7º se
988 a gente tem entendimento que esses níveis de alerta, níveis de atenção a gente
989 entende a expectativa de uma comunicação com a sociedade e tudo mais, mas se
990 a gente tá falando de um plano que vai ser feito pelos Estados e os Estados vão
991 definir as ações que precisam ser feitas e até trazendo uma atribuição pro Estado,
992 eu acho que esse plano já que a gente não tem condições de definir os níveis de
993 alerta, os níveis de emergência, pra todo o Brasil, eu acho que esse plano pode
994 contemplar, inclusive a definição do próprio Estado para esses níveis de alerta,
995 então assim, pra gente não ficar entrando nessa discussão, mas como uma ideia
996 aqui de quando a gente falar do plano deixar a atribuição pro Estado definir quais
997 são os níveis né. Então a proposição que eu coloco aqui pra gente de repente
998 pensar é, já que a gente tá falando em níveis de alerta e atenção que vão estar no
999 plano, cada Estado vai ter a possibilidade dentro do seu plano de definir quais são
1000 esses níveis de atenção, alerta e emergência pra... e aí a gente passa por esse
1001 gráfico, por essas tabelas deixando a atribuição pra cada Estado definir os seus
1002 dentro dos seus planos, é uma proposição que eu tô colocando aqui agora em
1003 função da proposição de repente da retirada desses valores e de uma mudança
1004 de um conceito aí do que é emergência, alerta e esses níveis, e aí deixar pro
1005 Estado deliberar sobre essa questão, isso é uma proposta que eu tô colocando
1006 aqui pra ver se a gente... é um parágrafo falando que vai ter que ter o plano e
1007 dentro das definições do plano, os níveis né, e que cada Estado defina o seu, isso
1008 é uma proposta que aí a gente depois pode ir discutindo no texto, mas aí a gente
1009 tira um pouco da discussão até aqui dos valores que seriam e tal, e cada Estado
1010 pode definir com base na sua expertise.

1011
1012

1013 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1014 Obrigada Renato. Isso tem coerência com o que eu já ouvi aqui de alguns Estados
1015 dizerem que dependendo de região, o nível de alerta ou de criticidade, ele é
1016 diferente de uma região pra outra, então a mesma cidade... Eu falei que eu ia dar
1017 cinco minutos agora de intervalo, e aí depois a gente vai. Sim, sim, também. Tem
1018 que ligar o microfone Cláudio, mas eu tinha falado que os inscritos fariam e
1019 depois a gente deliberaria, tá bom? Cláudio, depois a gente vai deliberar sobre
1020 isso, eu vou dar cinco minutos e retoma os trabalhos. Cinco minutos, são dez e
1021 meia.

1022
1023

1024 *(Intervalo).*

1025
1026

1027 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** *(Fora*
1028 *do microfone. Inaudível).* Diga Bocuhy?

1029
1030

1031 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Bom, nós pedimos
1032 esse pequeno recesso pra fazer uma discussão interna entre as entidades não
1033 governamentais Ministério Público, conversamos com a Doutora Adriana, nós
1034 temos uma grande preocupação, nós somos autores da proposta, e como autores
1035 da proposta, nós estamos muito preocupados que a gente por algum motivo, por
1036 alguma pressa que ocorra no final do processo a gente deixe algumas lacunas
1037 importantes que nosso ponto de vista são estratégicos, principalmente com
1038 relação a plano de contingência, emergência, gatilho pra disparar isso,
1039 comunicação e etc. e etc., e entendemos confessamos, que não conseguimos
1040 fazer isso a contento. Eu recebi essa noite do Engenheiro Olímpio que o pessoal
1041 da CETESB conhece, um vasto material sobre todo o sistema adotado pelo ICT de
1042 Washington, é o pessoal que trabalho com o padrão o EPA, e que tá trabalhando
1043 alguns episódios de contingência em Medellín e outras regiões também, e nós não
1044 tivemos tempo de processar isso, é um tema complexo, é um tema que muda
1045 sempre, e nós não conseguimos consensuar entre nós uma posição nesse
1046 sentido, mas sabemos que é fundamental que essa proposta ela contemple a
1047 questão de contingência e comunicação. Então a nossa grande preocupação,
1048 além do dissenso, que claro, o dissenso sobre prazos é uma questão que tá bem
1049 definida aqui, a gente entende que é uma posição dos Estados e do setor
1050 produtivo e realmente isso vai ser uma questão que vai ser dirimida provavelmente
1051 na Plenária, é uma questão que vai até o final, mas essas questões de mérito, de
1052 conteúdo, eu acho que nós poderíamos tentar esgotar na Câmara Técnica, o
1053 nosso apelo é nesse sentido, que a gente consiga construir com eficácia esse
1054 instrumento, me sinto responsável por isso, pelo PROAN, nós somos autores da
1055 proposta, não gostaria de ver essa proposta finalizada de uma forma que não
1056 fosse pela minha instituição ou pela minha diretoria ou pelos pares de São Paulo
1057 que são do coletivo de entidades ambientalistas que fosse uma resolução
1058 ineficiente, eu acho que pesa sobre nós essa responsabilidade aqui, e nesse
1059 sentido que nós gostaríamos de pedir essa compreensão pra tentarmos fechar
1060 isso.

1061

1062

1063 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1064 Obrigada Doutor Bocuhy. Agora me permita fazer um desabafo, o Senhor tá
1065 falando em termos um pouco mais de consenso, termos um pouco mais de
1066 debate, eu venho tentando fazer isso desde o Grupo de Trabalho, desde o Grupo
1067 de Trabalho e enfrentei de parte do Ministério Público e da Sociedade Civil todo
1068 tipo de obstáculo, inclusive com aquele que eu citei hoje de manhã que era dizer
1069 que como Grupo de Trabalho não era deliberativo, era pra levar o texto do jeito
1070 que está para a Câmara Técnica. Então assim, infelizmente eu também sou
1071 presidente da Câmara Técnica, que era Presidente desse Grupo de Trabalho
1072 mesmo antes de ser Presidente do mandado anterior, então eu acho que não há
1073 uma compreensão do que faz um Grupo de Trabalho. O Grupo de Trabalho tem o
1074 intuito de assessorar essa Câmara Técnica, e trazer pra essa Câmara Técnica um
1075 texto mais redondo possível, podemos sim no Grupo de Trabalho retirar e colocar

1076 texto, isso cabe aos especialistas, isso cabe aos especialistas. Então houve uma
1077 intransigência, na reunião passada eu ofereci mais uma oportunidade para a
1078 sociedade civil neste ponto que nós paramos agora, que é o plano de episódios
1079 críticos de emergência, de comunicação, que não tem o nome definido, oferecer
1080 uma proposta, essa proposta não veio nem na informação que o CONAMA não
1081 colocou no site, essa resposta não veio, ontem foi dado mais um prazo e hoje o
1082 texto ainda foi insuficiente, vamos dizer assim. Lógico que a nossa preocupação
1083 continua sendo, levar a Plenária um texto mais redondo possível, é a mesma que
1084 você tem, porque a gente sabe das dificuldades que a gente tem no momento da
1085 votação e no momento da proposição de emendas em Plenário, a gente tem isso,
1086 mas eu vislumbro, antecipando um pouco o que eu ai falar, eu vislumbro que a
1087 nossa única saída, a saída do debate, nós continuamos tendo em relação ao Art. 3
1088 e 4 nós só conseguimos reduzir de 4 pra 3, mas ainda estamos com 3 propostas
1089 distintas na mesa, não conseguimos reduzir nem pra 2 pra poder fazer uma
1090 votação em que pese termos debatido praticamente esse assunto na última
1091 reunião toda de outubro, ontem o dia inteiro praticamente foi só esse assunto, no
1092 final da tarde é que rapidamente a gente abordou os artigos 6º em diante. Então
1093 assim, o que eu vislumbro e vamos ter que fazer um arranjo antes de colocar a
1094 matéria em deliberação? Que seria... eu não vislumbro mais uma possibilidade do
1095 debate nos levar a melhoria do texto. Eu, ao meu ver, a gente pode resolver esse
1096 assunto talvez por relatório de vistas. Eu estou vislumbrando que essa talvez seja
1097 a única possibilidade que tenhamos e eu acho que nós vamos ter que melhorar o
1098 texto, eu fiquei aguardando... eu fiquei aguardando o texto da Sociedade Civil em
1099 relação aos artigos a partir do ponto crítico de comunicação, essa melhoria, e esse
1100 texto não veio pelo menos a tempo que todos pudessem amadurecer uma
1101 proposta. Então eu vislumbro porque pedido de vistas tem prazo, então eu tenho
1102 um prazo pra encaminhar, e eu tenho que disponibilizar isso na Câmara Técnica,
1103 se não ele não é nem deliberado, correto? Em Adriana, é isso mesmo né? O
1104 pedido de vistas ele tem um prazo. Você quer falar João? Adriana fala. Eu vou
1105 pedir pra Adriana explicar essa parte procedimental e depois a minha proposta era
1106 colocar em deliberação, e eu estou entendendo que vão surgir propostas de
1107 vistas, mas antes eu vou pedir a Adriana pra fazer essa explicação mais formal do
1108 que eu, e depois a gente coloca a parte da deliberação.

1109
1110

1111 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – É que surgiu
1112 uma questão nova aqui agora, a gente fez... eu não estava aqui, então foi feito um
1113 intervalo, tem a sinalização do pedido de vistas e nós conversamos... o DConama
1114 entende que sempre que um segmento quer pedir vistas, é importante que ele
1115 tenha esse direito, isso é uma posição meio que geral, porque você não cerceia
1116 isso e ao mesmo tempo fazendo como a Zilda tá propondo, você tem que ter um
1117 relatório, tem que ter uma emenda e tem que ter uma reunião seguinte. Então no
1118 intervalo eu pensei em fazer e já deixar marcada a próxima reunião com esse
1119 comprometimento do recebimento do material que vier, e obviamente sabendo
1120 que a gente vai publicar isso direitinho, prazo 15 dias pra vir o relatório e a gente

1121 já deixa marcada aqui a próxima data. Acontece que chegou uma informação nova
1122 aqui nesse meio tempo, que já houve o pedido de vistas, então...

1123

1124

1125 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Na**
1126 fase anterior.

1127

1128

1129 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) – Na fase**
1130 anterior.

1131

1132

1133 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – E ela**
1134 foi sobrestada nesse...

1135

1136

1137 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) – Ah, ok. Era**
1138 isso que a gente estava tentando entender aqui agora.

1139

1140

1141 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1142 Voltou pra Câmara Técnica e criou-se novamente um GT... Deixa eu explicar. De
1143 2014, se não me falha a memória foi em 2015 as datas eu não lembro bem, não
1144 2014 foi o GT, final de 2014, tá. Então tu já levantou. Aí foi pedido vistas. No
1145 debate do pedido de vistas, é que houve um pedido... tinha havido um pedido do
1146 Doutor Bocuhy pra que o assunto fosse amadurecido na forma de um seminário
1147 com especialistas internacionais, e durante a apreciação desse pedido de vistas, o
1148 gabinete da então Ministra nos indicou, não era eu ainda a Presidente dessa
1149 Câmara Técnica, mas indicou à Presidência dessa Câmara Técnica que o assunto
1150 fosse sobrestado para haver esse seminário, tá? Aí esse seminário houve, o
1151 relatório dele foi apresentado a esta Câmara Técnica, e a Câmara Técnica
1152 deliberou, me corrija se eu estiver errada, para levar o assunto novamente ao GT,
1153 e aí eu já era Presidente, eu continuei sendo coordenadora do GT porque eu já
1154 tinha sido da primeira fase no final, eu peguei no final, era uma outra pessoa,
1155 depois eu assumi essa coordenação, e não... era... que eu fui perceber que eu
1156 assumia a coordenação de outra pessoa do Ariel, eu assumi a coordenação que o
1157 Ariel vinha coordenando, mas eu fui a coordenadora da primeira fase, então aí eu
1158 não sei como é que a gente encara, eu acho... houve uma mudança, houve um
1159 sobrestamento. Eu posso pedir vistas, pode ser pedido vistas novamente?

1160

1161

1162 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Vamos ler o dispositivo**
1163 do Regimento.

1164

1165

1166 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1167

1168

1169 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Uma**
1170 **vez?**

1171

1172

1173 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** A questão é
1174 que nós estamos em uma situação que é inusitada, não é uma situação comum, e
1175 qual é o meu ponto de vista assim bem de quem fica no departamento de apoio ao
1176 CONAMA? Você caminhar fazer uma votação dividida desse tanto sem dar esse
1177 direito de mais uma possibilidade última, você chega pra Plenária com uma
1178 matéria muito mal resolvida, e a gente sabe quantas matérias chegam na Plenária
1179 mal resolvida e politicamente com muito ruído, isso não é bom e ainda mais numa
1180 situação que a gente tá, eu tô colocando o olhar aqui interno de Ministério, pra
1181 Ministério, nós vamos ter um Secretário Executivo novo assumindo a condução da
1182 reunião, e chegar essa matéria... pode ter a partir de abril tem
1183 desincompatibilização, é um cenário possível de Ministro, então você chegar com
1184 uma matéria mal resolvida pra Plenária não interessa nem ao departamento e nem
1185 ao Ministério né, isso é uma coisa que pode ficar clara. Então a gente realmente
1186 prefere conceder, agora se precisar a gente pode suspender a reunião. Outra
1187 saída é, suspende a reunião e deixa marcada a próxima reunião, é uma maneira
1188 de contemplar o desejo do pedido de vistas sem correr o risco de infringir o
1189 Regimento, eu não sei dizer agora, tudo é meio que uma pactuação, eu não sei
1190 dizer se a gente pode entender que foi em uma outra etapa, criou o segundo GT e
1191 que agora pode ser um pedido de vistas, eu tenho dificuldade de interpretar isso
1192 agora. Agora, por mim a gente pode... suspende, deixa marcada a próxima
1193 reunião e recebe um parecer. É uma saída pra poder resolver a questão, do meu
1194 ponto de vista, vamos ouvir a ideia da Zilda.

1195

1196

1197 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1198 **Adotando a lógica de que pra sermos bem criteriosos com o Regimento que já foi**
1199 **pedido vistas uma vez e teríamos que...** eu já te passo. E teríamos que deliberar
1200 nesta, nós podemos começar a deliberar entendendo que já foi pedido vistas uma
1201 vez, nós não vamos conseguir deliberar sobre tudo hoje, e nós vamos ter que ter
1202 uma continuidade de... pra também não ferir o Regimento Interno e dizer assim
1203 “ah, pediram vistas de novo” entendeu? Então começamos a deliberar sobre os
1204 assuntos, aqueles assuntos que nós já tínhamos inclusive colocado consenso,
1205 melhorando a redação, e ao entrarmos no assunto espinhoso, polêmico, a gente
1206 suspende a reunião, joga pra próxima e aí eu pediria que a gente num acordo de
1207 cavalheiros pra gente poder ser mais produtivo na próxima reunião, todas as
1208 propostas de texto que tivermos quanto aos artigos polêmicos, usássemos o
1209 dispositivo de vistas, ou seja, enviássemos as propostas de antemão que temos
1210 aos dispositivos como se vistas fossem, antecipadamente, pra que todos se

1211 apropriem e a gente possa ter uma discussão mais positiva. O que você acha?
1212 Que é possível?

1213

1214

1215 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Achei que foi
1216 excelente, porque você resolveu todas as questões. A gente criar uma
1217 interpretação que seja muito tumultuada, corre o risco de depois na frente ser
1218 questionado, então realmente como pedido de vistas a gente teria que avaliar com
1219 um pouco mais de cautela se caberia essa outra interpretação. Dessa maneira
1220 Bocuhy, tá me parecendo que a gente resolve as duas questões. Então, dá uma
1221 segurança maior, a gente começa hoje votando, já foi no consenso vai votando,
1222 vai caminhando, vai chegar um momento que não vai ter como, aí a reunião
1223 também... hoje já estamos no final da manhã, segundo dia de hoje, certamente vai
1224 jogar pra próxima reunião e a gente deixa marcado essa próxima reunião.

1225

1226

1227 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Já
1228 deixa agendada e com prazo de envio de propostas de vistas.

1229

1230

1231 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Isso. Com
1232 prazo de envio. Aí o João fica até mais feliz ali.

1233 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1234 Certo? O André pediu pra falar.

1235

1236

1237 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, ABEMA.
1238 Nós dos Estados concordamos com a proposta, eu só queria assim, reafirmar o
1239 óbvio, mas só pra ficar claro pra que não tenha na próxima reunião “ah eu entendi
1240 diferente”, a gente tá dizendo o seguinte, como já foi dado o pedido de vistas na
1241 primeira fase, a gente não vai conceder um novo né, pra não ferir o Regimento, ou
1242 seja, não caberia o pedido de vistas agora tampouco na próxima reunião caberia
1243 alguém suscitar a ideia de pedido de vistas, né? Então iniciaremos a deliberação
1244 onde o assunto... é retomarmos a deliberação onde o assunto é demandar mais
1245 tempo usaríamos o expediente dessa próxima reunião e aí o pedido que eu faço é
1246 que ela seja com a maior brevidade possível pra que a gente possa encaminhar o
1247 assunto e liberar a pauta da Câmara pros outros assuntos relevantes também que
1248 aguardam a sua oportunidade.

1249

1250

1251 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá.
1252 Então assim, antes de deliberarmos definitivamente sobre esse ponto, eu posso
1253 antecipar o seguinte, bom, nós temos no mínimo uns 20 dias porque senão os
1254 Senhores teriam cinco dias pra poder apresentar alguma proposta de texto, então
1255 assim, tem carnaval, então logo após o carnaval, já entramos e tem CONAMA,

1256 ordinária dia 28, então o que eu proponho à semana seguinte? Primeira semana
1257 de março, é razoável, vai nos dar praticamente um mês tá? Aí tem disponibilidade
1258 sei lá 6 e 7, ou 7 e 8, aí depende dos Senhores, não sei se... na semana seguinte
1259 eu não posso, pois é, a semana seguinte eu não posso Bocuhy, e a anterior é
1260 CONAMA. A semana seguinte eu tenho uma viagem internacional marcada. Oi?
1261 Desculpa. Qual?

1262

1263

1264 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1265

1266

1267 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
1268 não posso, eu estou viajando pro exterior. Eu não posso, eu estou viajado pro
1269 exterior.

1270

1271

1272 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Há um impedimento em
1273 fazer no final do mês de fevereiro? Antes da Plenária?

1274

1275

1276 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não
1277 dá, tem Plenária, na semana da Plenária nós não fazemos reunião.

1278 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Entendi.

1279

1280

1281 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** 8 e 9 é que
1282 dia da semana? 19 de março quem vai estar no Fórum Mundial da Água?

1283

1284

1285 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É
1286 tem Fórum Mundial da Água, é semana do Fórum Mundial da Água, aí depois tem
1287 semana Santa. 13 e 14 eu não posso, eu já falei, tenho uma viagem que eu já
1288 confirmei.

1289

1290

1291 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** Zilda, Renato,
1292 ABEMA. Zilda, é uma questão operacional do CONAMA que geralmente não se
1293 marca GT junto da reunião...?

1294

1295

1296 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não
1297 se marca.

1298

1299

1300 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Deixa eu só
1301 explicar o porquê Renato, porque a gente faz reuniões preparatórias com os vários
1302 segmentos, no 27 a gente tá fazendo essas reuniões, volto lá fevereiro, na sexta-
1303 feira a gente faz com o Governo Federal, então olha só, se a Plenária é 28 no 23
1304 que é a sexta a gente faz com o Governo Federal, no 27 com os outros segmentos
1305 e tem várias providências que a gente tem que tomar, entendeu? Fazer logo na
1306 semana seguinte ao carnaval 19, 20 e 21, será? Talvez... É porque a Plenária
1307 pode ser que se estenda pro dia 1º, é muito difícil, mas eu não sei dizer isso
1308 agora.

1309

1310

1311 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – 22 e
1312 23 então, né? Ou 21 e 22. Tem 21 e 22, 21 e o 22 de fevereiro, 21 e 22 fevereiro
1313 pra mim eu posso.

1314

1315

1316 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só um minuto... eu tenho uma audiência que eu
1317 preciso verificar.

1318

1319

1320 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Só pergunto
1321 se vai dar o prazo pra encaminhamento, aí a gente teria que acertar o prazo
1322 porque nós estamos no dia 31, só tem que ajustar esse prazo.

1323 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – 5 dias úteis
1324 Bocuhy daria logo em seguida ao carnaval né? 5 dias úteis dá no dia 16.

1325

1326

1327 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – 16 é
1328 sexta depois do carnaval, seria 21 e 22. Úteis dá quando? É útil ou não?

1329

1330

1331 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Dá no 15.

1332

1333

1334 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
1335 não dá 15 dias úteis.

1336

1337

1338 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – 5 dias úteis.

1339

1340

1341 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – 5
1342 dias úteis? Aí conta aqui ó... Quarta-feira de cinzas? É cinco dias úteis. É o quinto
1343 dia útil. Então é quinta-feira depois do carnaval?

1344

1345

1346

A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac) – E 27 de março?

1348

1349

1350

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – 27 de março se não me falha a memória é a semana da Páscoa.

1351

1352

1353

1354

A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac) – Não, mas é o final.

1355

1356

1357

1358

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não, mas é porque o preço das passagens dispara. Eu acho que 27 de março é muito tempo.

1359

1360

1361

1362

(Intervenções fora do microfone. Inaudível).

1363

1364

1365

1366

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não, eu posso dia 21 e 22. É isso que eu propus, 21 e 22.

1367

1368

A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Tem o Fórum da Água.

1369

1370

1371

1372

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não, de fevereiro. 21 e 22 de fevereiro, pode? Eu também tenho um compromisso dia 20. Então 21 e 22 de fevereiro.

1373

1374

1375

1376

1377

A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Não pode ser quinta e sexta gente?

1378

1379

1380

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

1381

1382

1383

1384

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não, depois do carnaval, 21 e 22 de fevereiro, depois do carnaval.

1385

1386

1387

1388

(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

1389

1390

1391 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Sim.
1392 É um assunto que já tá sendo discutido há 4 anos no mínimo, dentro do Conselho.
1393 Sendo 21 e 22 de fevereiro, de acordo aqui 5 dias úteis, cai no dia 15 e tem que
1394 ser encaminhado a proposta de texto, depois do carnaval, até o dia 15.

1395

1396

1397 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1398

1399

1400 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**Não,
1401 tudo bem, pode ser 22 e 23 ou 22 e 23 que é quinta e sexta se ganha mais um
1402 dia, pode ser? Quem? Adriana. Tem só a preparatória de Governo. Mas eu posso
1403 pra participar da preparatória de Governo e entrego a Presidência pra você nesse
1404 período que eu tiver, é uma reunião de um hora normalmente, é uma reunião de
1405 uma hora normalmente, pode gente? Não, mas não vai ter outro jeito se não vai
1406 ter uma confusão. A última reunião até não foi marcada na sexta-feira, foi marcada
1407 na segunda, lembram? A última preparatória de Governo foi marcada na segunda,
1408 antes da Plenária, não foi na sexta, lembra disso? Teve um problema de agenda,
1409 teve um problema de agenda, poderia ser 22 e 23, aí a gente faz, se for o caso eu
1410 saio, a reunião normalmente é aqui, e aí eu saio.

1411

1412

1413 **A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama) –** Mas vai ter
1414 problema da sala.

1415

1416

1417 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** De
1418 sala, não, mas pode ser na SECEX também, não pode? Governo Federal? 21 e
1419 22 é mais certo então, tá? Entao vamos deixar agendado 21 e 22. Bom...

1420

1421

1422 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** *(Intervenção fora do*
1423 *microfone. Inaudível).*

1424

1425

1426 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1427 Beleza, eu vou deixar transcrito, queria que todos prestassem atenção, por
1428 gentileza, por gentileza, eu vou repetir, eu vou repetir o entendimento, quero a
1429 atenção de todos, eu vou repetir o entendimento e eu quero a atenção de todos os
1430 Conselheiros, certo? Vamos lá, então qual é o nosso entendimento? Essa matéria
1431 já foi pedido vistas em 2014, não cabe pedir vistas novamente, nós começamos
1432 agora a votar os pontos do texto da Resolução e entendemos que alguns artigos
1433 ainda não têm um consenso ou algum entendimento mais profundo, há uma
1434 necessidade de melhoria da redação, a partir de agora nós colocamos em votação

1435 aqueles pontos que estão mais fáceis de serem debatidos, e vamos encarar...
1436 deixa eu só terminar. E vamos encarar essa transição desta reunião para a
1437 próxima, que deverá ocorrer dia 21 e 22 de fevereiro, ou seja, daqui a menos de
1438 um mês, como se fosse um pedido de vistas, ou seja, peço aos Senhores que
1439 tenham sugestões ao texto dos artigos, neste momento não cabe mais envio de
1440 informações genéricas, vai ser feito como é feito normalmente, uma defesa verbal
1441 dos pontos de texto, correto? Então, o CONAMA receberá, até o dia 15 de
1442 fevereiro, não adianta mandar... 14? 14 perdão, corrigindo até o dia 14 de
1443 fevereiro, propostas formais ao texto nova redação, ou seja, esse artigo agora
1444 passa a ser redigido com essa redação, se o Conselheiro quiser mandar uma
1445 justificativa junto com a proposta de redação, ótimo, também não é obrigatório,
1446 mas um texto formal. Doutor Bocuhy. Então esse seria o entendimento que
1447 exaramos agora aqui dessas discussões, e na próxima reunião a deliberação será
1448 final em cima do texto proposto e das sugestões encaminhadas aos Senhores,
1449 correto?

1450

1451

1452 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Perfeito. Só um
1453 esclarecimento. André França, ABEMA. O que vai ser enviado de colaboração é
1454 em cima daquilo que ainda não foi deliberado, o que já foi deliberado... eu só tô
1455 reforçando o óbvio pra...

1456

1457

1458 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1459 André, a não ser que, há uma exceção, tá? Aí eu vou ser bem clara, a não ser
1460 que, propostas vistas na próxima reunião a partir de sugestões elas modifiquem
1461 substancialmente artigos que já foram aprovados, certo? Isso às vezes pode
1462 acontecer, tá? Pode acontecer você criar o entendimento que determinado ponto
1463 pode ser retirado e isso impacta na redação de algo já deliberado. Eu já tive...

1464

1465

1466 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Perfeito, minha
1467 preocupação foi assim, um item já deliberado aí depois a proposta pra...
1468 *(interrompido)*.

1469

1470

1471 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu já
1472 tive discussões que tiveram que ser sequenciais, (...) aí a gente teve que continuar
1473 a discussão porque não teve tempo, as pessoas começaram a sair pra pegar voo,
1474 e o debate continuou na próxima reunião, entendeu? E aí nós tivemos que mudar
1475 alguma coisa do que já tinha sido aprovado. Doutor Bocuhy o Senhor quer
1476 complementar alguma coisa?

1477

1478

1479 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Zilda, eu acho que a
1480 sua colocação com relação aqui a alteração de um impacto a outro é perfeito. A
1481 minha preocupação era essa.

1482

1483

1484 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1485 Podemos, então, começar a deliberar? Então, deixamos pré-agendado 21, a
1486 convocação deve sair ainda semana que vem, tá, saí semana que vem a
1487 convocação. Tá? Tá bom, ótimo. E começamos, então, a nos deliberar... Vamos
1488 começar a nos debruçar, são 11h30, a gente pode interromper daqui uns 40
1489 minutos, vai sair para almoçar e a tarde voltamos pelo menos para preencher um
1490 pouco mais os espaços. Correto? No início do texto. Ufa! Dr. Bocuhy. Fui, eu fiz
1491 pilates.

1492

1493

1494 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só mais uma questão.
1495 É para nós facilitar o nosso trabalho. Quando é que nós teríamos o resultado
1496 dessa reunião de hoje? O texto?

1497

1498

1499 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1500 Amanhã.

1501

1502

1503 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Podemos usar com
1504 um *pen drive* para retirar também. Pode ser? Ah o texto que vai? Pode, não tem
1505 problema algum, não tem problema algum. O que tiver disponível pode ser levado
1506 para por *pen drive*, ainda o provisório, que a gente sempre dar uma olhada para
1507 ver se não tem nenhuma coisa repetida, ou não.

1508

1509

1510 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – (*Intervenção*
1511 *fora do microfone. Inaudível*).

1512

1513

1514 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É.
1515 Não, mas aqui pode ser disponibilizado. Os senhores ficando atentos que depois
1516 vão receber o texto com, porventura, alguma correção. Mas pode. Vamos lá. A
1517 emenda pro final. Tá? A ementa pro final. Eu acho que eu não vou discutir
1518 também agora o art. 1º com aquela sugestão que eu tinha proposto ontem.
1519 Reconsiderar o art. 1º Renato?

1520

1521

1522 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Não tem sido
1523 praxe a questão do considerando, né? E aqui está, ou como que é o entendimento

1524 do DConama com relação, inclusive porque vai na Câmara Jurídica do
1525 considerando, aqui a gente tem três considerandos. É só para a gente enxugar
1526 também. Tá Zilda?

1527

1528

1529 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Adriana,
1530 DConama. A Câmara Técnica retira, porque ela entende que não cabe
1531 considerando, mas a Plenária tem autonomia para recolocá-los. Eu sempre
1532 defendo e faço essa colocação mesmo, de que por mais que a técnica legislativa
1533 diga que numa Resolução, num artigo de Lei você não vai ter considerando, mas
1534 você tem o Projeto de Lei e você resgata as razões que levaram aquilo. Num
1535 Decreto você tem a exposição de motivos. Numa Resolução CONAMA o único
1536 instrumento que se tem para deixar acessível para todos os operadores que vão
1537 lidar com aquela Norma é o considerando. Então, eu realmente defendo, mas aí é
1538 uma questão da Plenária ver que se mantenham considerandos concisos,
1539 pertinentes a Norma e etc., mas alguma coisa situam por que daquela revisão.

1540

1541

1542 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1543 Nesse aspecto, ah não, com certeza, de duas páginas de considerando eu já vi.
1544 Esse caso, eu coloquei isso na reunião da Câmara Técnica, do Grupo de
1545 Trabalho, e a gente acabou tirando alguns, mas nesse caso eu acho que tem
1546 ainda uma coisa maior. Essa Resolução está diretamente ligada com a 05 de 89, e
1547 ela cria, ela revoga dois artigos da 05, e ela cria um comando no final se a
1548 gente..., eu acho que todos nós concordamos com ele, que dá um prazo para o
1549 Ministério apresentar uma proposta de novo texto para a 05. Então, porque ela
1550 está relacionada com ela. Então, eu acho que o considerando é importantíssimo
1551 para fazer esse lembrete do vínculo com a 05 da nossa discussão em relação aos
1552 valores guia da OMS, e eu acho que a gente tem que corrigir ali no considerando,
1553 é valores guia. Eu acho que a tradução para o português é. Eu não sei nem se ele
1554 tem hífen. Eu não sei nem se ele tem hífen. Não tem hífen? Não tem hífen? Mas,
1555 é valores guia. Eu me lembro que como é Estados parte de uma Convenção.
1556 Estados parte, valores guia é tudo... A segundo eu não... Dr. Wanderley.

1557

1558

1559 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – É rapidamente
1560 Zilda.

1561

1562

1563 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Em
1564 relação aos considerandos?

1565

1566

1567 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Exatamente sobre
1568 os considerandos. É, inclusive a CNI, que é a proponente de sempre que possível

1569 não ter considerandos, mas esse é um caso realmente especial, porque um dos
1570 grandes debates que nós tivemos na Câmara Técnica foi a questão de fazer a
1571 revisão da 05 antes da 03, e nós concordamos em manter a revisão da 03, mas eu
1572 acho que talvez o considerando aqui ele tem valor. E esse valor aqui não prejudica
1573 o entendimento da Resolução, pelo contrário. Eu manteria mesmo sabendo que o
1574 meu colega é da CNI, vai votar para a retirada, mas nesse caso eu consigo
1575 defender na Plenária a manutenção dele. Então, inclusive Zilda, eu acho que o art.
1576 1º, puxa lá o art. 1º, por favor. Esse que está em vermelho, ou nós temos duas
1577 propostas, né, isso aí vai mexer com a questão do art. 3º. Então, vamos deixar
1578 isso para depois mesmo. Eu proponho a gente aprovar isso. O Renato pediu a
1579 palavra. Dar para aprovar os considerandos.

1580

1581

1582 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1583 Renato, olha aqui.

1584

1585

1586 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** Zilda, eu
1587 também sou a favor do considerando que a gente discutiu no GT.

1588

1589

1590 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Nós
1591 temos dois considerandos que tratam da 05. A gente pode até juntar um no outro.

1592

1593 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) –** Mas era só
1594 pra gente colocar em votação... Era só para a gente colocar em votação e ficar
1595 registrado a aprovação dos considerandos. Tá? Era só com esse intuito que eu
1596 chamei atenção.

1597

1598

1599 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Zilda, só um
1600 complemento pelo Cláudio Alonso, se não tiver ninguém inscrito.

1601

1602

1603 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1604 André. Tem alguém mais inscrito, ou não?

1605

1606

1607 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Eu só queria fazer um lembrete.

1608

1609

1610 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1611 Cláudio Alonso, Governo do Estado de São Paulo.

1612

1613

1614 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – É só um lembrete o seguinte, eu
1615 fiz uma revisão muito criteriosa da 5, tem muita coisa que precisa ser retirada. Eu
1616 me proponho, se vocês me permitirem, no texto eu já faço um primeiro avanço, eu
1617 posso propor já um primeiro de tudo que precisa ser retirado, por exemplo, no
1618 PRONAR tem classificação, municípios classe 1 e classe 2, não existe mais, tudo
1619 isso caiu fora e é muita coisa. Então, eu gostaria se vocês me permitem que eu
1620 também faça uma proposta de tudo que precisa ser limpo. Tá?

1621
1622

1623 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tá.
1624 Nós vamos revogar nessa não, nós vamos revogar na própria revisão da 05.

1625
1626

1627 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Não, porque ela interfere nessa,
1628 ela interfere muito.

1629
1630

1631 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1632 Então, tá. Fica para tarefa de casa.

1633
1634

1635 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Eu me proponho, porque, por
1636 exemplo, o PRONAR ele propõe município classe 1 e classe 2, a gente já acabou
1637 com isso. Os Estados Unidos não acabaram com isso, só que se vocês
1638 perceberem, eles colocam o mesmo valor para classe 1 e classe 2. Então, eu me
1639 proponho a fazer isso se vocês deixarem, é muita coisa, muita coisa.

1640
1641

1642 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1643 Cláudio, para ser... Tá. Então, assim, não é de praxe, quando você propõe a
1644 exclusão de artigos de outra Resolução, você simplesmente propõe e justifica.
1645 Nesse caso, você poderia colar aquilo que você está propondo a exclusão e
1646 colocar uma pequena justificativa se não fosse demais.

1647
1648

1649 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Posso fazer assim.

1650
1651

1652 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1653 Então, tá bom.

1654
1655

1656 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Renato,
1657 Abema. Isso tá, a gente não chegou a ele, está no art. 15 na proposta já tem

1658 exclusão dos itens 2, 22.1 e 22.3. E aí a gente..., a proposta tem que vir nesse
1659 artigo.

1660

1661

1662 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Isso,
1663 isso, isso. Exatamente. Está lá no art. 15. Faz mais um lembrete pra gente não
1664 esquecer. Na emenda coloca e deixa três pontinhos. Volta a emenda agora
1665 Henrique, por favor. Coloca lá na ementa assim: vírgula, revogando, aí põe
1666 pontinhos e depois a gente... Revoga, perdão. Altera? Revoga, ou altera os artigos
1667 tais e tais. Entendeu? E aí a gente tem que colocar na ementa. Tem sim, tem, tem,
1668 se tu ver quando a gente revisou resíduos da Construção Civil que a gente não
1669 revogou a 307, a gente só..., tem sim. Tu coloca só um lembrete aqui. Tá. Então,
1670 vamos começar. Os três considerandos, um a gente..., os três a gente já havia
1671 debatido. *Considerando a Resolução 05, de 15 de junho de 89, que instituiu o*
1672 *Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, PRONAR. Considerando*
1673 *como referência os valores guia de qualidade do ar recomendados pela*
1674 *Organização Mundial da Saúde, a OMS, em 2005, bem como os seus critérios de*
1675 *implementação. Aí nós tínhamos tirado esse “e”, tira o “e” dali de cima do segundo*
1676 *considerando, que ele não é um “e” aí, é um ponto e vírgula. E a terceira,*
1677 *considerando que os Padrões Nacionais de Qualidade do Ar são parte estratégica*
1678 *do PRONAR como ação complementar e referencial as práticas de controle e*
1679 *fixadas pelos demais instrumentos estabelecidos, resolve. Tem o “e” ali ou não?*
1680 Tem. Tem. Tem. Tem, Henrique. Desculpa. *(Risos!)*. Tá certo. Podemos aprovar
1681 os considerandos embutidos de todos os comentários que nós fizemos sobre a
1682 necessidade deles? É que eles não estão juntos, eles estão... Só o primeiro?

1683 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** *Eu só*
1684 *quis fazer a (...) que faria o PRONAR lá em cima e depois lá. Mas, eu acho que*
1685 *não tem como tirar.*

1686

1687

1688 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** É, eu
1689 pensei nisso também. Só se a gente juntar um no outro. Mas, eu acho que vai ficar
1690 muito grande. A senhora fala no microfone, por gentileza. Dra. Fátima.

1691

1692

1693 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Fátima
1694 Borghi, Ministério Público Federal. A título de auxílio e se viesse a ideia do
1695 PRONAR logo a seguir para não ficar distante, não sei se é possível. A matéria.

1696

1697

1698 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1699 Deixar os valores guias para o final?

1700

1701

1702 **A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –**
1703 Considerando que os Padrões Nacionais de Qualidade do Ar são partes
1704 estratégicas do PRONAR, logo a seguir para não ficar tão longe, mas não sei se a
1705 matéria é possível estar próxima. Juntar tudo que é PRONAR e depois... É só
1706 estética.

1707

1708

1709 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
1710 acho que deixar a OMS por último, então. Tá. Eu acho que pode. Podemos
1711 concordar? Só ordem.

1712

1713

1714 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1715

1716

1717 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** É instrumento.

1718

1719

1720 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1721 Como ação complementar. É isso que a Patrícia está dizendo.

1722

1723

1724 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT) –** Os padrões como ação
1725 complementar. Padrão é ação.

1726

1727

1728 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1729 Instrumento. Então, em vez de ação, é instrumento. Tá. A gente ver agora aqui.
1730 Vamos lá. Estou só vendo a ordem e aí a gente coloca... Não, acho que a gente
1731 tem que usar o texto que a gente tinha usado lá dentro, como um dos
1732 instrumentos..., eu acho que tem que melhorar esse texto. Então, assim, como um
1733 dos instrumentos, não? É o que está escrito no texto adiante, na definição.

1734

1735

1736 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** É só que do jeito que está...

1737

1738

1739 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1740 Cláudio, Governo do Estado de São Paulo.

1741

1742

1743 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Perdão. Ele tem um conceito
1744 nisso aí que é muito forte, que é o que é ação primária e o que é ação
1745 complementar. Eu como membro de qualidade do ar, eu não gosto muito disso,
1746 mas paciência, ele tem um conceito que o padrão é uma ação complementar, ou

1747 um instrumento complementar. Mas, ele é um instrumento complementar, ele é
1748 complementar. O básico, o básico...

1749

1750

1751 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mas**
1752 **ele não é uma ação complementar.**

1753

1754

1755 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Não, ele é um instrumento.**

1756

1757

1758 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ele é**
1759 **um instrumento complementar ao quê?**

1760

1761

1762 **A SRª. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT) – A**
1763 **definição é ação. A definição do padrão é uma ação.**

1764

1765

1766 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1767 **Patrícia, fala no microfone para poder ficar gravado.**

1768

1769

1770 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Só um minuto, por favor. Ele é**
1771 **um instrumento complementar e referencial das, ou as práticas de controle, de**
1772 **controle. Entendeu?**

1773 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1774 **Então, faz ali a proposta. Cola aquele, ou então, corrige dentro do vermelho.**
1775 **Como instrumento complementar e referencial as práticas fixadas pelos demais**
1776 **instrumentos estabelecidos.**

1777

1778

1779 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Ele dá prioridade a prática de**
1780 **controle, ele dá prioridade a prática de controle e isto é importante, porque as**
1781 **áreas onde você não tem monitoramento, você pode ter uma prática de controle**
1782 **independente do monitoramento. É esse conceito que está aí.**

1783

1784

1785 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Sim.**
1786 **Ficou melhor o texto? Ficou melhor o texto? Então, podemos considerar... Coloca**
1787 **em votação?**

1788

1789

1790 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1791

1792

1793

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu sei, mas um está falando instrumento complementar. Fixadas pelos demais. Pode parar em demais. Colocar em votação?

1795

1796

1797

1798

A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apromac) – *Quais seriam esses instrumentos demais?*

1799

1800

1801

1802

O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – *Eu tenho aqui. Se você aguardar um minuto. Eu tenho todos aqui. No PRONAR mesmo, cadê o meu PRONAR?*

1803

1804

1805

1806

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Por gentileza, eu peço que usem sempre o microfone, porque senão não fica registrado o que está sendo perguntado, não estamos em reunião de Grupo de Trabalho, esta reunião é gravada. Cláudio Alonso, Governo do Estado de São Paulo.

1807

1808

1809

1810

1811

1812

1813

O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Como esclarecimento ao solicitado... Cláudio Alonso. Como instrumento, eu vou ler o que está escrito no PRONAR. 3.1. O item é 3.1, são instrumentos do PRONAR, limite máximo de emissão, que a gente já tem; Padrões de Qualidade do Ar, que tem e estão sendo revistos; Proconve, que é o de veículos; Pronacop, que é o de controle de poluição industrial; deixa eu ver, avaliação de qualidade do ar; inventário de fontes; e Programas Estaduais de Controle de Poluição do Ar. Bom, isso aí eu acho que está repetido, mas é o que está escrito. Esse é o conjunto.

1814

1815

1816

1817

1818

1819

1820

1821

1822

1823

A SR^a. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Fátima Borghi. Por uma questão de técnica, eu acho que a palavra ação que está inicialmente em instrumento, não ficaria repetida, e a ação nesse sentido não é ação de fazer, mas é o meio de. São instrumentos.

1824

1825

1826

1827

1828

1829

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ele não é uma ação.

1830

1831

1832

1833

O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – São instrumentos previstos na Lei 6938, no art. 9º.

1834

1835

1836

1837 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1838 André.

1839

1840

1841 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Eu falei. André França,
1842 Abema. Então, o art. 9º da 6938 estabelece padrões de qualidade ambiental como
1843 instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente.

1844

1845

1846 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1847

1848

1849 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** André França, Abema. É
1850 porque a Política Nacional do Meio Ambiente classifica, né, já qualifica o padrão
1851 de qualidade ambiental como instrumento.

1852

1853

1854 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
1855 acho só se a gente colocasse o seguinte, oh, como instrumento complementar e
1856 referencial ao PRONAR, porque o PRONAR define outros instrumentos, ao invés
1857 de colocar as práticas de controle fixadas como instrumento complementar e
1858 referencial ao PRONAR. Está no...

1859

1860

1861 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

1862 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ao
1863 PRONAR. Coloca ao PRONAR.

1864

1865

1866 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Se quiser fazer um pouco aos
1867 outros determinados, aos outros estabelecidos, aos outros. Aí você põe o
1868 pronome. Aos outros estabelecidos do PRONAR.

1869

1870

1871 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
1872 acho que a gente pode até tirar o primeiro, porque daí a Resolução vai ser revista,
1873 está lá escrito no final e tira o primeiro, deixa só os dois considerandos. E tira o
1874 primeiro. O que vocês acham? Só faz referência a 05 e ao PRONAR. Eu acho que
1875 pode, não pode? Deixando só dois considerandos, então? Pode ser? E aí não
1876 citamos mais a 05, porque ela vai ser revista e é até bom que não citemos. Nós já
1877 vamos citar lá no final o gatilho de revisão. Correto? Então, vamos cortar. Em
1878 votação. Quem é favorável ao texto dos considerandos com a justificativa já
1879 anteriormente defendida, conforme proposto em tela? Os dois considerando,
1880 conforme o texto proposto em tela.

1881

1882
1883 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.
1884 Favorável.
1885
1886
1887 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Renato
1888 Brandão, Abema. Também favorável.
1889
1890
1891 **O SR. VITOR HUGO KACZMARKIEWICZ DOS SANTOS (Ananma/SE)** – Vitor
1892 Hugo, Anamma. Favorável.
1893
1894
1895 **A SRª. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM)** – Liciana Peixoto, CNM.
1896 Favorável.
1897
1898
1899 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1900 Daniel.
1901
1902
1903 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Daniel, Ministério da
1904 Saúde. Favorável.
1905
1906
1907 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
1908 Evangelina.
1909
1910
1911 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
1912 **(Apromac)** – Evangelina, Apromac. Favorável.
1913
1914
1915 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Dr.
1916 Bocuhy.
1917
1918
1919 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Carlos Bocuhy.
1920 Favorável.
1921
1922
1923 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC)** – Bernardo, CNC. Favorável.
1924
1925

1926 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Wanderley, CNI.
1927 Favorável.
1928
1929
1930 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Zilda
1931 Veloso, Ministério do Meio Ambiente. Favorável. Então, vamos. Pulamos o
1932 primeiro. Nós vamos pular o segundo e o terceiro. Correto? O primeiro também,
1933 porque é a definição; o segundo, perdão, o segundo são as definições e a gente
1934 normalmente aprecia ele no final, que a gente vai inserir algumas coisas,
1935 provavelmente dentro dele. O art. 1º, o 2º e a ementa a gente delibera no final
1936 normalmente por uma estratégia, porque a gente muda ele o tempo todo. Vamos
1937 lá. 3º, vamos pular. Agora. Terceiro é o crítico, se chegar no 3º, a gente não sai
1938 dele. Vamos lá. O 3º. Tem uma proposta ali de novos artigos. Eu estou
1939 entendendo que elas estão vinculadas a defesa de cada um dos setores. Então,
1940 eu vou deixar elas juntos para o debate posterior. Correto? Diga Wanderley.
1941
1942
1943 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Vamos lá. Depois
1944 do...
1945
1946
1947 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
1948 vou ler na minha cópia, que eu vejo melhor.
1949
1950
1951 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Depois do art. 3º,
1952 § 2º, tem um novo artigo emenda CNI, que eu tinha colocado que a gente faria
1953 uma proposição, nós temos uma proposta para ser feita.
1954
1955
1956 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Qual
1957 que é Wanderley? Ah tá.
1958
1959
1960 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Você consegue...?
1961 Isso aqui eu vou retirar um e vou adotar outro com modificações que foram feitas,
1962 inclusive pelos Estados.
1963
1964
1965 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Foi
1966 aquilo que você falou ontem.
1967
1968
1969 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Exatamente.
1970

1971

1972 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
1973 Deverá ser observado o Padrão de Qualidade do Ar de forma sequencial,
1974 conforme definido. Vai depender de qual vai ser o texto do art. 3º escolhido
1975 também, não?

1976

1977

1978 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Não, porque no
1979 caso aqui essa proposta..., essa proposta aqui ela vai ser retirada. Pode ser
1980 apagada. Isso. Apagada, ela vai estar sendo retirada. Isto.

1981

1982

1983 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Não,
1984 esse daí não, o sequencial fica, né?

1985

1986

1987 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Esse saí Zilda.

1988

1989

1990 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Ué
1991 eu tinha colocado que permanece.

1992

1993

1994 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Não, não. É que,
1995 na verdade, nós vamos substituir pelo texto que foi proposto pelos Estados, que
1996 está mais abaixo, é isso que a gente..., porque a redação está melhor e nós
1997 fizemos uma complementação na redação. Eu queria deixar ela aqui para análise
1998 e deliberação na próxima reunião já que...

1999

2000

2001 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2002 Então, só para limpar o texto? Eu estou entendendo você.

2003

2004

2005 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Isso. Exatamente.
2006 E já propor que nós tínhamos compromissado de estar apresentando aqui hoje.
2007 Aqui. Isso. Vamos lá. Eu gostaria que colocasse, retirasse o ponto, após o
2008 licenciamento colocasse uma vírgula, na última linha, né, observando o Padrão de
2009 Qualidade do Ar adotado localmente. Esta questão que nós colocamos como
2010 complementação Zilda, porque, por exemplo, o Estado de São Paulo adota
2011 diferentes padrões para determinadas regiões, mediante a gestão que eles fazem
2012 lá. Então, até para preservar o que já existe em alguns Estados, nós colocamos
2013 essa complementação dando liberdade aos órgãos estaduais a utilizarem aquilo
2014 que eles consideram como melhor. Tá?

2015

2016

2017

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –

2018

Podemos votar essa proposta? “Para a gestão da qualidade do ar serão

2019

considerados os Padrões de Qualidade do Ar e as diretrizes definidas no

2020

PRONAR, cabendo aos órgãos ambientais competentes, por regulamentação

2021

própria, o estabelecimento dos critérios aplicáveis ao licenciamento ambiental

2022

observando o Padrão de Qualidade do Ar adotado localmente”. Nesse caso é o

2023

órgão ambiental competente; nesse caso é o órgão ambiental competente, porque

2024

a gente está falando de licenciamento ambiental. Nesse caso é licenciamento

2025

ambiental, é órgão ambiental competente, que pode ser o Municipal. Pode ser o

2026

municipal, pode ser o federal também. Podemos aprovar? Posso colocar em

2027

votação? Então, vamos começar pela Liciania.

2028

2029

A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG

2030

(Apramac) – Eu tenho uma dúvida. Evangelina, Apramac. A minha dúvida é o

2031

seguinte, é necessário esse artigo nessa Resolução?

2032

2033

2034

O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – É sim Evangelina,

2035

pelo seguinte. Wanderley, CNI. Eu estou aqui. É muito importante para nós Setor

2036

Produtivo, tem uma regra mesmo que transitória que liga a questão dos padrões

2037

ao licenciamento ambiental. Tá? Nós sabemos que isso é um outro instrumento

2038

que vai ser discutido no PRONAR, mas na 05, mas enquanto ela não vier, tem um

2039

dispositivo valendo, porque lá nós podemos muito bem, inclusive revogar esse

2040

dispositivo por acharmos que tem outro dispositivo melhor, por isso que a gente

2041

não quer deixar vácuo de entendimento que nós estamos propondo esse novo

2042

artigo.

2043

2044

2045

A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG

2046

(Apramac) – Mas, de novo, eu não entendo por que isso tem que estar nessa

2047

Resolução. Então, deixa para se colocar na revisão no PRONAR.

2048

2049

2050

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Nós

2051

estamos colocando aqui os Padrões de Qualidade do Ar. E a gente... Isso foi

2052

debatido no Grupo de Trabalho, e foi debatido na reunião passada. Nós estamos

2053

colocando aqui o Padrão de Qualidade do ar. E entendemos que esse padrão ele

2054

é aplicado ao licenciamento ambiental. Em sendo aplicado ao licenciamento

2055

ambiental, você vai ter situações diversas localmente, como São Paulo que tem

2056

padrões. A gente está tendo que repetir várias, porque tem muita conversa na

2057

mesa, eu vou ser obrigada a pedir que só os Conselheiros fiquem à mesa. Eu vou

2058

ser obrigada a pedir que só sentem a mesa os Conselheiros com voto e voz nessa

2059

Câmara Técnica, se não fica muito difícil coordenar os trabalhos. Ter que repetir

2060

2061 várias vezes a mesma coisa. Então, fica o Padrão de Qualidade do Ar, isso pode
2062 dar a impressão, eu posso ter inclusive padrões mais restritivos, como São Paulo
2063 já explicou que tem em determinados locais da cidade em função da saturação
2064 daquela área. Então, ao dizer padrão e ao revincular esse padrão a etapa que
2065 esse padrão está sendo aplicado, seria um padrão intermediário, eu estou dizendo
2066 nesse artigo, eu não estou sendo mais permissiva, ao contrário, o comando que
2067 está dando a esse artigo é de que eu posso ter padrões diferentes, não precisa
2068 ser exatamente aquele que está na Resolução. Para mais, principalmente mais
2069 restritivos. Bocuhy.

2070

2071

2072 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Então, Dra. Zilda,
2073 principalmente para mais restritivo. Eu acho que todos concordamos com isso.
2074 Agora, e se não for nesse sentido. Vamos supor que o Estado ele tem uma
2075 discricionariedade que me permita criar um padrão diferenciado para o
2076 licenciamento ambiental. Nós sabemos que não.

2077

2078

2079 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Dr.
2080 Bocuhy, o Estado não pode ter padrões mais permissivos do que os que estão na
2081 Resolução aprovada.

2082

2083

2084 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Perfeito. Eu entendo o
2085 espírito da Lei. Mas, eu pergunto é possível melhorar a redação nesse sentido,
2086 deixar mais clara?

2087

2088

2089 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Uai,
2090 tem. O senhor tem uma proposta? Dra. Fátima.

2091

2092

2093 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Fátima
2094 Borghi, Ministério Público Federal. É exatamente nessa linha de raciocínio. Do
2095 jeito que está lendo-se é uma carta branca aos Estados, para mais ou para
2096 menos.

2097

2098

2099 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O
2100 Estado não pode ter um padrão mais permissivo do que o Federal.

2101

2102

2103 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Mas,
2104 onde está escrito isso?

2105

2106

2107 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Uai
2108 em todas as normas, na Constituição. Eu não posso ter um padrão mais
2109 permissivo do que o padrão colocado em uma Resolução do CONAMA.

2110

2111

2112 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) –** Então,
2113 não há prejuízo que se coloque isso aqui observando se o padrão de qualidade do
2114 ar adotado localmente não será a redação, desde que no limite desta Resolução.
2115 Não há prejuízo colocar esse esclarecimento se o raciocínio é este.

2116

2117

2118 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** O
2119 Wanderley pediu a palavra Bocuhy, antes de você. Por gentileza, tem a palavra o
2120 Dr. Wanderley. Pode falar Wanderley.

2121

2122

2123 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Não, Dra. Zilda, é
2124 apenas para dizer algo que é uma jurisprudência, não está nem em Lei, que você
2125 não pode ter padrões menos restritivo nos Estados, do que o federal. O federal é a
2126 linha de base que se tem, e eu não vou escrever o óbvio aqui, porque eu acho que
2127 não ajuda e outra, eu sei muito bem que na Câmara Jurídica vai ser revisto isso.
2128 Então, o meu papel como Conselheiro também é preservar pela Câmara Técnica.
2129 Eu estou propondo aqui aquilo que é entendido por todos, todos que militam na
2130 área ambiental.

2131

2132

2133 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2134 Bocuhy e depois Evangelina.

2135

2136

2137 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Bom, Wanderley, eu
2138 concordo com a sua preocupação, que a gente tem o texto bem claro. A minha
2139 preocupação é nós estamos tratando e a nossa preocupação desde o início é a
2140 questão da saúde pública. O Estado adota um padrão intermediário e licencia de
2141 acordo com esse padrão intermediário. Provoca o licenciamento com um padrão
2142 intermediário, é mais agressivo a saúde humana do que seria. Não. Se ele adotar
2143 o padrão intermediário como parâmetro para o licenciamento ambiental, a meta
2144 intermediária e não o padrão final, a gente pode questionar isso do ponto de vista
2145 da proteção da saúde pública. A preocupação é esta. É aplicado, mas aí você
2146 permite que você tenha um processo de saturação, né? Claro.

2147

2148

2149 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2150 **(Apromac) –** Posso tirar uma dúvida. Eu tenho uma dúvida, a minha dúvida é o

2151 seguinte, nós temos um padrão intermediário que vamos supor que ele vai está
2152 vigente durante 5 anos, certo? O que aconteceria na mudança do próximo
2153 padrão? Vamos dizer. Ou uma outra pergunta, é se não seria melhor na redação,
2154 quer dizer, uma sugestão, na redação escrever que é o padrão, porque se só
2155 escreve o padrão fica a dúvida, né, se é o final, ou o padrão vigente..., ou adotado
2156 naquele momento. E a outra pergunta é quando muda, por exemplo, você tem o
2157 licenciamento no ano anterior, aí houve a mudança, o que acontece?

2158

2159

2160 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – *Mudo o licenciamento.*

2161

2162

2163 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2164 **(Apromac)** – Muda?

2165

2166

2167 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Na
2168 renovação da licença. Pode.

2169

2170

2171 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.
2172 Só esclarecendo a primeira pergunta, né? Localmente Dra. Evangelina, a gente
2173 tem adotada é o vigente, é o padrão adotado, é o padrão vigente. Por que esse
2174 dispositivo? Justamente para permitir em áreas onde se queira ser mais restritivo,
2175 a gente possa avançar independente daquele padrão mais restritivo estar vigente,
2176 ou não. Então, é um gatilho para ser mais restritivo onde a gente identificar a
2177 possibilidade de ser mais restritivo.

2178

2179

2180 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Em que pese todo o
2181 empenho aqui dos técnicos para nos explicarem a situação, ainda restam algumas
2182 dúvidas. Eu queria dizer que isso não é consenso para nós, esse item não é, e
2183 nós gostaríamos de fazer um estudo melhor e propor uma ementa para isso.

2184

2185

2186 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2187 Deixa eu só fazer mais uma colocação. Nós tivemos o cuidado quando a gente
2188 montou alguns artigos dessa Resolução de estabelecer..., de não citarmos
2189 claramente o que seriam os padrões, só no art. 3º e no 4º os padrões
2190 intermediários, porque falamos o tempo todo em padrões de qualidade do ar.
2191 Então, a gente não vai especificar com esse comando que é durante a vigência do
2192 intermediário, enquanto eles tiver em vigor o intermediário, ele é o Padrão
2193 Nacional da Qualidade do Ar naquele momento. Então, não vale a pena dizer que
2194 é o intermediário, ou que é o final, ou que é o inicial. Então, é uma pergunta que a
2195 Evangelina fez e que a gente..., eu acho que você não respondeu objetivamente.

2196 Então, é para deixar claro que o que nós estamos chamando aqui o valor de
2197 intermediário, enquanto ele estiver em vigor, ele é o Padrão Nacional da
2198 Qualidade do Ar. Então, por isso que nós não citamos isso em qualquer artigo,
2199 não é só nesse, é em qualquer artigo é citado simplesmente o Padrão de
2200 Qualidade do Ar, em tal data o que vai estar em vigor depois da aprovação pode
2201 ser o que a gente estrategicamente chamou de inicial, mas é esse o objetivo.
2202 Bom, se não há consenso, a gente passa para depois e delibera sobre ele na
2203 próxima. O Bocuhy já sinalizou que ele quer propor uma ementa.

2204

2205

2206 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Por favor, André, só
2207 para explicar a minha dúvida. Nós trabalhamos muito com conceito de áreas
2208 saturadas, vocês também, vocês sabem disso. Se você começar a trabalhar com
2209 conceito de área saturada e padrão intermediário, na verdade, isso vai ser uma
2210 falsa segurança para a saúde pública, ele pode fazer sentido no processo
2211 burocrático, mas na realidade de exposição isso faz diferença, a nossa
2212 preocupação é nessa linha, e eu acho que ela tem muita justificativa. Nós
2213 precisamos debruçar sobre essa matéria.

2214

2215

2216 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2217 Daniel, Ministério da Saúde.

2218

2219 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Eu só queria
2220 complementar essa argumentação, que dependendo de como está colocado, na
2221 verdade, no licenciamento ambiental, ele já meio que automaticamente pode ser
2222 que ele atualize, se você não citar no licenciamento ambiental..., no licenciamento
2223 ambiental normalmente, eu estou usando meio o que a gente usa no Ministério da
2224 Saúde, é o padrão de contabilidade vigente, se atualizou o padrão de
2225 contabilidade, automaticamente a pessoa precisa passar a obedecer aquele novo
2226 padrão, independente de revisar licenciamento e tal. Então, eu acho que isso..., eu
2227 acho que essa questão é só um argumento a mais para achar que... Eu acho que
2228 o texto contempla a meu ver.

2229

2230

2231 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só um esclarecendo.
2232 Você está se referindo a meta... Carlos Bocuhy, Proam. Você está se referindo a
2233 meta intermediária, ou ao padrão final?

2234

2235

2236 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não**
2237 tem meta na Resolução.

2238

2239

2240 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS)** – Ao padrão vigente e
2241 aí é claro que o que está sendo colocado, porque a gente...

2242

2243

2244 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – O que é padrão
2245 vigente na sua compreensão? É o padrão intermediário?

2246

2247

2248 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim,
2249 que tiver valendo para aquele período.

2250

2251

2252 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu mantenho a minha
2253 dúvida, porque a minha dúvida é justamente essa. Você tem o padrão
2254 intermediário, você está num processo para atingimento do padrão, portanto, você
2255 não atingiu um estágio de segurança a saúde. Se você permite agregar mais
2256 atividades naquele local que vai ter o maior número de emissão, você está
2257 agregando mais poluição numa situação...

2258

2259

2260 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
2261 nós não estamos regulamentando isso que o senhor está falando aqui na
2262 Resolução. Nós não estamos regulamentando isso.

2263

2264 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Não, doutora, mas é
2265 isso que nós estamos escrevendo.

2266

2267

2268 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
2269 não é nada disso. Não é nada disso. Não é isso. Não é isso que está sendo dito.

2270

2271

2272 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Eu acho que nós
2273 temos uma lacuna aí, doutora.

2274

2275

2276 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não
2277 é isso que está sendo dito. Não é isso que está sendo dito. O que nós estamos
2278 dizendo é que o padrão, talvez se coloque ali o padrão, padrões de qualidade do
2279 ar vigentes, após o padrão de qualidade do ar, para ser um pouco mais objetivo.
2280 Só um minutinho, eu posso acabar o meu raciocínio? Então, pronto. Eu vou falar
2281 de novo o que eu já havia falado. O que a gente está dizendo que é padrão de
2282 qualidade do ar nesta Resolução é aquele padrão correspondente aquela fase que
2283 está atualmente em vigor, não é o final. Eu não vou puxar para o licenciamento o
2284 final. Então, eu estou propondo aqui, eu peço silêncio de todos de novo, eu estou

2285 propondo aqui um escalonamento de valores, enquanto esses valores estão,
2286 correspondem aquele período anual, eles são o padrão nacional. Correto? Então,
2287 o padrão final ele só vai ser atingido depois de 10, 9, 10, 12, 15 anos, não sei.
2288 Mas, vai depender da proposta que for aprovada. Então, eu não estou tratando
2289 disso que o senhor falou agora nesse momento, eu não estou tratando disso, eu
2290 estou licenciando, eu não posso licenciar, lógico, o Estado vai ter que ter um
2291 arranjo, para isso ele vai ter o plano, vai ter os relatórios. O arranjo que ele tiver
2292 dentro do plano e dos relatórios, ele vai ver o grau de saturação de determinadas
2293 áreas da cidade para permitir, ou não, eu não posso regulamentar isso na
2294 Resolução. Isso para mim está claro que o Estado vai colocar isso no plano, cada
2295 um da sua maneira dependendo da sua condição geográfica, e eu não estou
2296 vendo nesse comando nenhuma permissão para que isso ocorra. Nada disso. O
2297 que eu estou dizendo com esse comando é o seguinte, eu estou dando a entender
2298 nesse comando, eu estou deixando um pouco mais claro que critérios, o comando
2299 base disso daí é o estabelecimento de critérios aplicáveis ao licenciamento
2300 ambiental. Eu não estou dizendo que pode, ou que não pode. Eu estou dizendo
2301 que como o padrão em vigor, o Estado vai ter que deixar público para quem vai
2302 ser licenciado qual é o critério aplicável ao licenciamento ambiental da sua área de
2303 competência. É isso que eu estou dizendo nesse comando. Por gentileza, no
2304 microfone. Por gentileza. Agora, o Bocuhy tinha pedido a palavra antes, e depois o
2305 André tinha pedido a palavra e o Daniel.

2306

2307

2308 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2309 **(Apromac)** – Eu não vou falar nada, eu só perguntei do ar condicionado. Eu estou
2310 sentindo que ele foi desligado, estar calor. Eu só perguntei isso.

2311

2312

2313 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2314 **Bocuhy, fala, por favor.**

2315

2316

2317 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Olha, eu gostaria de
2318 pedir a compreensão de todos no seguinte sentido, nós temos caso no
2319 licenciamento que nós acompanhamos pelo PROAM e a empresa proponente do
2320 licenciamento ambiental, ela utiliza o padrão intermediário. Portanto, não é um
2321 padrão que nós consideramos seguro para a saúde pública para propor o
2322 licenciamento ambiental. Isso aconteceu recentemente em São Paulo no caso da
2323 termelétrica de Peruíbe, eles usaram alguns índices nesse sentido. E nós fizemos
2324 uma análise do Estudo de Impacto Ambiental e entendemos que eles estavam
2325 seguindo a orientação do padrão intermediário da Cetesb. Isso significa que do
2326 ponto de vista de impacto a saúde pública, aquele Estudo de Impacto Ambiental,
2327 na verdade, ele não contemplava o ideal risco que ele não apresentava o risco
2328 real. Então, quando se adota o padrão intermediário, eu entendo que é o padrão
2329 adotado, é o padrão burocraticamente aceito, porém não é do ponto de vista de

2330 gestão ambiental um instrumento que realmente proteja a saúde pública. Essa
2331 discrepância entre o que é real e entre o que nós utilizamos como meta
2332 intermediária, é a minha preocupação Dra. Zilda, como trabalhar isso, quer dizer,
2333 eu sei que quem trabalha dentro da burocracia do sistema de gestão vai entender
2334 que tem que adotar o padrão intermediário para tudo, porque ele está em vigor.
2335 Pois é, está em vigor, mas do ponto de vista da saúde pública, ele não é eficiente.
2336 A minha preocupação é esta. Como é que se aplica isso a licenciamento. Isso aqui
2337 não contempla?

2338

2339

2340 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
2341 não estou entendendo o que o senhor claramente está querendo dizer. Se eu fiz
2342 uma construção... Às três propostas que eu tenho na mesa, elas contemplam
2343 padrão intermediário, eu fui clara acho que ao falar que em determinado tempo
2344 aquele padrão intermediário será o padrão de qualidade do ar, ele pode ou não ter
2345 uma segurança a saúde humana, mas eu não posso antecipar fases em função
2346 somente da saúde humana se eu não tenho ainda..., se eu estou criando um
2347 escalonamento, se não acabou a discussão agora. Eu boto o final e vai ter que
2348 chegar no final daqui a 4 anos. Eu não estou entendendo o que o senhor está
2349 propondo, não estou entendendo.

2350

2351

2352 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Eu estou propondo
2353 uma norma de licenciamento tendo um olhar para o licenciamento ambiental de
2354 proteção à saúde pública. É só isso.

2355

2356

2357 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Sim,
2358 mas na prática com a Resolução o que o senhor está pretendendo? Eu não estou
2359 entendendo, eu juro que não estou entendendo.

2360

2361

2362 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Eu também não sei
2363 como fazer isso Dra. Zilda. A minha preocupação é, nós podemos parar área
2364 saturada.

2365

2366

2367 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2368 Então, vai ficar mais difícil ainda.

2369

2370

2371 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Então, por isso que eu
2372 peço que não se vote isso para que a gente possa fazer uma proposta.

2373

2374

2375 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Você
2376 tinha pedido também a palavra? Tinha pedido... O André, o Daniel e a Patrícia.
2377 Mas, alguém tinha pedido a palavra? Não, primeiro o André, depois o Daniel e
2378 depois a Patrícia. Depois o Daniel. E você também? André. Ou o Daniel. Qual dos
2379 dois?

2380

2381

2382 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não, eu vou passar para
2383 o Jesuíno da Cetesb fazer uma complementação.

2384

2385

2386 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Eu só queria lembrar que esse texto, no
2387 caso, ele havia uma dicotomia, existia a proposta da CNI e se a proposta dos
2388 Estados. A da CNI era permissiva, eu posso chamar assim, por quê? Porque ela
2389 entendia que estabelecendo, por exemplo, padrão intermediário 1 todos os
2390 licenciamentos em qualquer lugar o órgão ambiental usaria aquele valor de padrão
2391 para licenciar qualquer empresa, em termos de qualidade, tá, que a gente está
2392 falando, que significa o quê? Que Campos do Jordão, tem a Campos do Jordão,
2393 que eu não sei se é verdade, ou não, mas o ar lá é puro e, portanto, o padrão
2394 atende ao padrão final. Nesse caso, uma empresa que fosse se instalar colocaria,
2395 atenderia a emissão dela seria, vamos supor, dependendo do porte da empresa
2396 poderia alterar esse padrão final até na diluição de forma que estaria atendendo o
2397 padrão inicial lá, que é o intermediário, PI-1. E o que, na verdade, esse texto traz é
2398 o seguinte, os Estados eles podem utilizar o valor, por exemplo, o padrão final
2399 para determinadas áreas se ela tiver preservada. Então, se ele entender que tem
2400 que ser mantido, ele usa aquele valor mais restritivo para o de licenciamento. É
2401 isso.

2402

2403

2404 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
2405 talvez a confusão, eu vou te passar a palavra. Talvez a confusão que esteja
2406 havendo é a frase final que a CNI está propondo, observando o padrão de
2407 qualidade do ar adotado localmente? Se eu já estou dizendo que é
2408 estabelecimento de critérios aplicáveis ao licenciamento, eu acho que eu poderia
2409 parar em licenciamento ambiental. André.

2410

2411

2412 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Olha só, então eu quero
2413 só..., eu acho que a gente está mudando um pouco o foco do que é o ponto
2414 central desse artigo. Na verdade, esse artigo ele está sendo proposto para
2415 situações em que, na verdade, o fato concreto que a gente não vai estar falando
2416 de nenhum intermediário, nem o final da legislação que a gente está propondo. A
2417 gente está falando do padrão adotado, que é necessariamente mais restritivo ao
2418 que está sendo vigente na Legislação Nacional. A gente está falando aqui de
2419 necessariamente padrões mais restritivos do que está vigente, ou seja, se for o

2420 intermediário, ele é mais restritivo do que aquele intermediário, seja independente
2421 de qual fase for, inclusive pode ser mais restritivo que até o final. É isso, esse é o
2422 ponto central desse novo artigo. Então, por isso que eu acho que não faz, ele é
2423 positivo e importante na questão mesmo da proteção à saúde.

2424

2425

2426 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2427 Obrigada. Tem inscrito aqui Patrícia.

2428

2429

2430 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT) –** Bom,
2431 primeiro que a gente precisa de realmente reestabelecer... Patrícia Boson,
2432 CONAMA/CNT. A gente precisa reestabelecer o grau de confiança entre a gente,
2433 porque se toda vez se trocar de “mas” por “entretanto”, achar que tem má-fé, a
2434 gente não vai a lugar nenhum. Segundo, que eu fico assim meio preocupada com
2435 o cerne da proposta. A proposta que foi baseada em critérios muito escuro, muita
2436 comparação estabeleceu e promoveu a possibilidade, o caminho das metas
2437 intermediárias, PI-1, PI-2. Então, elas têm que ser aplicadas, porque se não for
2438 para elas serem aplicadas, voltemos a discussão antiga de não ter meta
2439 intermediária, de ter uma final, porque elas precisam ser aplicadas em algum
2440 momento essas metas intermediárias, elas precisam de serem entendidas, não
2441 pode ser dois comandos e a proposta colocada pela CNI é simplesmente de
2442 esclarecer isso, porque se colocou claramente isso, colocou essa dúvida de que
2443 não tinha que ser o padrão final, você imagine isso sendo aplicado no Brasil inteiro
2444 e tendo esse entendimento por alguns disso. Então, precisa de ser colocado,
2445 porque é para poder esclarecer mesmo que aquele padrão que está fazendo.
2446 Então, eu acho que fica até assim deselegante falar em padrão burocrático. Eu
2447 não acredito que tenha nenhum padrão burocrático aí, porque burocrático é
2448 aquele que é feito sem base alguma técnica de conhecimento só para constar.
2449 Então, é até deselegante com vocês mesmos que se debruçaram sobre isso não
2450 sei quanto tempo para definir padrão e chamá-lo qualificar de burocrático, não é
2451 um padrão burocrático, é um padrão que é aplicado naquele momento naquele
2452 local, que pode ser mudado a qualquer tempo, a qualquer hora. Se eu licencio
2453 alguém com um padrão que está valendo hoje e amanhã não está valendo, isso
2454 vai ter que ser revisto, o órgão atua para ser revisto. Então, assim, é realmente
2455 para mim uma crise de confiança, a gente precisa de confiar um pouco mais no
2456 que a gente propõe aqui, no que a gente decide aqui e não a todo momento, a
2457 gente propõe uma coisa e põe em dúvida aquilo que a gente mesmo propôs.
2458 Metas intermediárias foi proposta por todos nós, está ali, se não é para ela valer,
2459 então, fica muito complicado.

2460

2461

2462 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
2463 tenho inscritos aqui agora a Dra. Fátima, depois a Evangelina.

2464

2465

2466 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Fátima
2467 Borghi, Ministério Público Federal. Eu concordo com uma fala rápida que deu, que
2468 talvez se nós tivermos para a Gestão da Qualidade do Ar serão considerados
2469 padrões de qualidade do ar e as diretrizes definidas no PRONAR. Ok. Cabendo
2470 aos órgãos ambientais, que é exatamente o fim, os Estados, os Órgãos
2471 Ambientais Competentes por regulamentação própria, que é o que está se falando
2472 no fim, o estabelecimento dos critérios aplicáveis ao licenciamento ambiental. E
2473 morreria, porque aí se obedeceria o padrão do PRONAR. E não haveria essa
2474 duplicidade de fala.

2475

2476

2477 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O
2478 PRONAR não estabelece padrões, só procedimentos.

2479

2480

2481 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

2482

2483

2484 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2485 Entendi. Tá ótimo. Evangelina.

2486

2487 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
2488 **(Apromac)** – Independente da aprovação ou não, independente disso, eu gostaria
2489 de perguntar se nós não poderemos retirar observando o padrão de qualidade
2490 adotado localmente, porque lá já fala, serão considerados os padrões de
2491 qualidade do ar e as diretrizes definidas no PRONAR.

2492

2493

2494 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É a
2495 mesma sugestão da Dra. Fátima.

2496

2497

2498 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
2499 **(Apromac)** – Mas, assim, por que usar o localmente? Porque se ele é padrão
2500 tanto faz o lugar.

2501

2502

2503 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – O
2504 André está inscrito para falar depois do Bocuhy.

2505

2506

2507 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
2508 **(Apromac)** – Então, não pode mudar essa redação?

2509

2510

2511 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu estou na sequência?

2512

2513

2514 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
2515 é o Bocuhy que está na sequência.

2516

2517

2518 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Só me permitam.
2519 Carlos Bocuhy do PROAM. Me permita uma pequena intervenção. Ar é direito
2520 fundamental, direito humano fundamental aos cidadãos, aos seres vivos. Também
2521 é direito fundamental a água. Isso é reconhecido internacionalmente em muitos
2522 documentos. Então, eu gostaria de colocar aqui que quando a gente faz a defesa
2523 da proteção da saúde pública e a gente diz que um padrão é burocrático, a gente
2524 está dizendo o seguinte, a norma ela aplicada não atende a proteção, e não sou
2525 eu que digo isso, me caiu como a (...) fala inúmeras muitas vezes com relação a
2526 questão da água. Papa Francisco na (...) diz exatamente isso. E a grande questão
2527 colocada é para, por exemplo, para a questão da gestão da água que guarda
2528 muita similaridade com o ar, é que você tem que garantir essa qualidade e torná-la
2529 real. Você tem que tirá-la da norma, fazer a norma real, intervir na realidade, fazer
2530 política pública e intervir na realidade para tornar a norma real. Eu quero deixar
2531 bem claro aqui que não existe desconfiança, que não existe má-fé, que não existe
2532 nada, a questão é realidade, como transformar a norma em realidade de forma
2533 assegurar a proteção da saúde.

2534

2535

2536 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu gostaria de passar a
2537 palavra para o Cláudio Alonso da Cetesb a complementar.

2538

2539

2540 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Olha, eu vou repetir o que eu
2541 falei ontem, é que a gente fala parece que as pessoas não retém a informação. Eu
2542 vou citar um exemplo objetivo com o Bocuhy citou. Em São Paulo nós temos uma
2543 norma que por isso que tem esse final. A cada três anos, eu vou falar de novo, a
2544 cada três anos, eu vou fala de novo, a cada três anos, nós classificamos os
2545 municípios de acordo com em que nível de padrão ele está. Aqui em São Paulo
2546 chama M, porque é meta, aqui é padrão, mas é o mesmo número. Então, nós
2547 classificamos os municípios que ainda estão em M1, ou maior que M1. Mas, nós
2548 também classificamos municípios que estão em M2, mas nós também
2549 classificamos municípios que estão em M3, a gente acha que não conseguiu
2550 classificar nenhuma que está no padrão final. Isso aí eu não vou afirmar, porque
2551 eu não lembro. Então, no caso que você cita Bocuhy, não é possível a empresa
2552 pedir um licenciamento do jeito que ela pediu, pedir ela pode, agora precisa ver se
2553 o órgão aceita, por quê? Porque a região que você cita é uma região que muito
2554 provavelmente está em M1, está em M2, ou M3, ou próximo ao padrão final, se ela

2555 já está próxima ao padrão final, por isso que ela precisa ter essa salvaguarda, a
2556 gente não aceita, caso contrário a gente é obrigado a aceitar. Entendeu? Existe o
2557 Estado e eu cito São Paulo, porque ele tem um grau de detalhamento maior na
2558 sua legislação, ele tem toda a gradação a cada três anos, ele classifica o
2559 município, está no site, é só entrar no site e ler. Portanto, se fosse possível, não é
2560 graças a Deus, aquela instalação que você solicitou em Peruipe, se fosse
2561 possível, se prosseguisse o processo, ele seria negado, mas ele negou por outras
2562 razões, por esta razão ele também seria negado, não porque ele usou um modelo
2563 de PI-1, ele pode usar o modelo de PI-1, a gente falar: eu não aceito, por quê?
2564 Porque o município está classificado mais abaixo. O que tem de importante nesta
2565 norma e que acho que as pessoas não conseguem perceber? O que tem de
2566 importante nesta norma é que ele é uma evolução para reduzir, mas é uma
2567 evolução para não permitir, coisas que as outras normas não faziam. Eu acho que
2568 está claro agora, né, que o Estado está fazendo classificações mais restritas e
2569 segue as classificações mais restritas, por isso que precisa esse parágrafo. O
2570 exemplo que você deu, ele pode ser feito, mas o Estado não aceita, porque tem
2571 essa restrição.

2572

2573

2574 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2575 André. Ou Daniel. Daniel, desculpa, o André já foi.

2576

2577 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) –** Eu estava tentando
2578 fechar aqui uma proposta, mas eu não consegui chegar na proposta final assim.
2579 Na verdade, não muda em nada a essência que está aqui. Eu só estou tentando
2580 fazer uma redação mais adequada, vamos assim dizer, que seria: “para a gestão
2581 da qualidade do ar serão considerados as diretrizes definidas do PRONAR e os
2582 padrões de qualidade do ar adotados nessa Resolução, ou vigente no Estado. É
2583 esse pedaço que eu não estou conseguindo fazer e aí depois continuaria cabendo
2584 aos órgãos ambientais competentes por regulamentação própria. Entendeu?
2585 Estabelecendo os critérios que são aplicados ao licenciamento ambiental, pronto.
2586 É só trazer, é porque a gente está falando o primeiro comando é considerar o
2587 Padrão de Qualidade do Ar, e a última frase vem de novo abordar o padrão a
2588 mesma questão Padrão de Qualidade do Ar. É botar esse mesmo Padrão de
2589 Qualidade do Ar no momento único. Ou seja, é o que está vigente nessa
2590 Resolução, caso o Estado não tenha uma legislação mais restritiva, se tiver uma
2591 legislação mais restritiva, esse padrão tem que ser considerado. É algo meio que
2592 pode soar redundante, mas eu acho que é importante reforçar que se tiver um
2593 padrão vigente que não seja aquele, ele tem que ser observado, mas eu não
2594 consegui fazer a proposta final de texto mesmo.

2595

2596

2597 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
2598 acho que o Daniel tem razão num aspecto, um comando que está um pouco
2599 contraditório na redação apresentada é que você estava começando pelo Padrão

2600 Nacional, e no final você fala: observar o Padrão de Qualidade do Ar adotado.
2601 Será que isso não poderia ser melhorado?

2602

2603

2604 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Posso? É que tem
2605 pessoas inscritas. Wanderley, CNI. Na verdade, é aqui nós enfatizamos e o que o
2606 Cláudio Alonso acabou de explicar. Isto é, tem o padrão vigente nacional, pode ser
2607 PI-1, pode ser PI-2, mas se permite aos Estados utilizarem outros mais restritivos,
2608 porque naquela região ela foi classificada como mais restritiva. É exatamente o
2609 que estão dizendo ali, observando padrão de qualidade adotado localmente, é isso
2610 que tem escrito lá, mais restritivo. Porque, na verdade, Zilda considerados os
2611 padrões de qualidade do ar, eu estou dizendo que todos são considerados. Tem
2612 um vigente, não tem? Ou melhor, um adotado, que é adotado isso e no caso do
2613 Estado ele pode ser o mais restritivo que aquele que é geral.

2614

2615

2616 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
2617 sei. Eu não gosto de redundâncias. Mas, eu acho que nesse caso está dando a
2618 impressão que você pode adotar um outro diferente do nacional. É só essa a
2619 dúvida, que eu acho que foi suscitada por todos. Eu acho que é redundante, eu
2620 não gosto de... É a Adriana agora. Acabou Wanderley?

2621

2622 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Eu acho que
2623 as falas anteriores já chegaram exatamente no ponto. O que está dando mal-estar
2624 é que parece que está contraditório como o Daniel falou. Então, de duas uma, ou
2625 tira o observando o padrão de qualidade do ar adotado localmente, tira isso; ou se
2626 esclarece aquilo que nós aqui sabemos, mas nem todo mundo sabe que o local só
2627 pode ser mais restritivo que o nacional. Então, uma das duas possibilidades, ou
2628 acrescenta, ou retira o observando.

2629

2630

2631 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Perdão. André França,
2632 Abema. Adriana, eu vou ver diferente dessa vez. O comando observando o padrão
2633 adotado localmente justamente para permitir algo que seja diferente do vigente,
2634 mais restritivo. Eu vejo que não é muito adequada a gente ficar escrevendo..., é
2635 como escrever: ah, você precisa atender a Lei. Eu preciso escrever que eu preciso
2636 atender a Lei? Porque a Lei já diz que eu só posso ser mais restritivo.

2637

2638

2639 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Isso não
2640 está em Lei, isso o Wanderley falou jurisprudência. Mas, isso dá ensejo a uma
2641 interpretação dúbia e uma judicialização. Então, para que a gente não vai escrever
2642 nesse caso sendo um pouco redundante, mas esclarecendo desde que mais
2643 restritivo que o padrão nacional. A gente ver uma redação para isso. Mas,
2644 acontece que você não põe, dá a impressão de que você pode ter nacionalmente

2645 o padrão mais restritivo e localmente uma coisa mais permissiva. Sei lá, o Estado
2646 do Acre na época que tem queimada, eu não estou falando da poluição mais de
2647 São Paulo, eu joguei para outro exemplo, dá a impressão de que lá você pode ter
2648 uma coisa que seja mais frouxa e o que a gente quer é exatamente evitar que
2649 localmente seja mais frouxo.

2650

2651

2652 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu ainda acho
2653 desnecessário, mas se a maioria entender que isso agrega. A questão em vários
2654 momentos, a gente vai ter que ficar repetindo olha.

2655

2656

2657 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Em
2658 tese eu concordo com você, mas eu acho que também essa redação ela está
2659 ensejando uma interpretação de que pode ser mais permitida dependente da
2660 condição local, do critério local. Entendeu?

2661

2662

2663 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Porque aqui o comando
2664 é para o órgão competente. O órgão competente tem isso muito claro, que ele não
2665 pode ser menos restritivo, se fosse um comando geral para a indústria, para os
2666 setores e tal, coubesse o setor interpretar diferente, mas o que a gente está
2667 falando é gestores públicos, que conhecem bem a jurisprudência aplicada.

2668

2669

2670 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Em
2671 tese você tem razão, mas eu já vi coisas do ar da (...).

2672

2673

2674 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não vejo necessidade,
2675 mas se a maioria entender que educativamente do ponto de vista de clareza
2676 redacional, também salvo se algum Estado aqui tiver alguma ideia diferente pra
2677 bem da gente conseguir aprovar pelo menos um artigo antes do recesso do
2678 almoço, a gente acataria.

2679

2680

2681 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Assim...

2682

2683

2684 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
2685 vou deixar todo mundo de castigo.

2686

2687

2688 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Não, exatamente,
2689 ninguém almoça, né? Adotado localmente, caso este seja mais restritivo, que é
2690 isso, né? Agora, ou desde que, necessariamente.

2691

2692

2693 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Agora desde que a gente
2694 delibere logo esse artigo.

2695

2696

2697 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Agora, pode dar
2698 problema de interpretação na jurídica, mas eu não vou entrar nisso.

2699

2700

2701 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Eu acho
2702 que não precisa do seja.

2703

2704

2705 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mais
2706 restritivo? Bocuhy.

2707

2708

2709 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Dra. Zilda, eu
2710 proponho que a gente destaque esse item e permita um aprofundamento para a
2711 próxima. A gente manda isso pronto, traz isso pronto para a próxima.

2712

2713

2714 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Vai
2715 anotando aí para não esquecer.

2716

2717

2718 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Não, sem dúvida.
2719 Para mim está claro.

2720

2721

2722 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2723 Então, não satisfaz ainda assim?

2724

2725

2726 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – André veja, André,
2727 tem coisas que são polêmicas mesmo. A democracia para construir é assim
2728 mesmo, eu acho que nós temos que passar por esse processo. Para mim restam
2729 muitas dúvidas.

2730

2731

2732 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**
2733 **democracia se resolve na base do voto nos dias de hoje.**

2734

2735

2736 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) – As decisões do**
2737 **colegiado.**

2738

2739

2740 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – É**
2741 **dessa forma que se resolve, não é de outra forma. As divergências sempre...**

2742

2743

2744 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) – Doutora, as decisões**
2745 **colegiadas bem informadas. Eu acho que essa questão para nós é esse o ponto.**
2746 **Então, tem um enfoque de ciência e tem o enfoque de jurídico. Eu acho que nós**
2747 **gostaríamos de compatibilizar essas duas questões, por isso o meu pedido que a**
2748 **gente destaque.**

2749

2750

2751 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Só uma sugestão.**
2752 **Porque o nosso pacto foi iniciar a deliberação e deixar os pontos mais polêmicos**
2753 **que entendemos o art. 3º e 4º para a próxima reunião. A preocupação é a gente**
2754 **pular todos os artigos e aí vão chegar no anexo daqui a pouco sem deliberar nada**
2755 **e a gente está transferindo a deliberação para a próxima reunião. Então, eu tenho**
2756 **uma proposta, se os senhores acatarem, que é o seguinte, teremos aí o tempo do**
2757 **recesso, vocês precisam de um tempo para apresentar um texto alternativo, vocês**
2758 **utilizam esse expediente para apresentar uma proposta e a gente delibera.**

2759

2760

2761 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Na**
2762 **correria, nós fizemos e deu errado André, não é possível.**

2763

2764

2765 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Porque a gente tem que**
2766 **ter um pacto do que a gente vai conseguir avançar hoje à tarde, porque não é**
2767 **possível que a gente vai passar mais um expediente sem nenhum tipo de**
2768 **deliberação. Então, assim, vai pular e o próximo? O próximo também não está**
2769 **legal, vamos pular, vamos pular, vamos acabar no anexo.**

2770

2771

2772 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) – André, esta não é a**
2773 **intenção, a intenção é acabar e acabar bem feito. Agora, a questão é esta. Nós**
2774 **estamos pedindo que destaque, porque aí tem uma implicação jurídica, que eu já**
2775 **falei a respeito e tem uma implicação técnica.**

2776

2777

2778 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Mesmo com o acréscimo
2779 proposto pela Adriana de deixar explícito, o que é mais restritivo.

2780

2781

2782 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Mesmo com o
2783 acréscimo.

2784

2785

2786 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Era a preocupação que
2787 eu havia entendido...

2788

2789

2790 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Sim, mas o uso do
2791 padrão intermediário, isso tem que ser estudado.

2792

2793

2794 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Mas é o padrão vigente.

2795

2796

2797 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM)** – Voltamos ao meu
2798 argumento, eu não vou argumentar de novo.

2799

2800

2801 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu só faço um apelo pra
2802 que a gente consiga avançar na deliberação, porque a gente só está pulando,
2803 chegamos agora e vamos pular para o próximo, e correndo o risco de terminar o
2804 dia mais uma vez sem um avanço concreto.

2805

2806

2807 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
2808 Vamos fazer o intervalo para o almoço, vamos? Vamos fazer o intervalo para o
2809 almoço.

2810

2811

2812 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Vamos. Dra. Zilda,
2813 em não se votando isso hoje, eu gostaria, então, que mantivesse a proposta
2814 original que nós colocamos que colocasse como proposta da CNI. Está bom?

2815

2816

2817 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
2818 mas eu gostaria que a gente deixasse está também.

2819

2820

2821 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Tudo bem. Deixa
2822 as duas. Eu já sei o que vai acontecer na jurídica, eles vão cortar essa questão,
2823 não tem a menor dúvida disso.

2824

2825

2826 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Sim,
2827 concordo contigo. Voltamos às 14h00? Bom almoço a todos.

2828

2829

2830 *(Intervalo para almoço).*

2831

2832

2833 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Eu
2834 tenho uma pergunta, vamos retomar? Vamos retomar? Temos quórum. Vamos
2835 retomar. Henrique, coloca lá, eu passei batido. A gente tem que aprovar o Art. 5º,
2836 o Art. 5º, eu acho que não tem divergência, o 5º, logo depois do 4º tem o 5º. Oh: o
2837 Ministério do Meio Ambiente, no prazo de doze meses após a entrada em vigor
2838 dessa Resolução, elaborará guia técnico contendo método de referência adotado,
2839 critérios para aceitação dos métodos equivalentes de localização dos
2840 amostradores e de responsabilidade temporal dos dados. A gente pode aprovar
2841 esse artigo? Vamos registrar o voto? Daniel.

2842

2843

2844 **O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) –** Favorável.

2845

2846

2847 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Wanderley, CNI.
2848 Favorável.

2849

2850

2851 **O SR. BERNARDO SOUTO – TITULAR (CNC) –** Favorável.

2852

2853

2854 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) –** Favorável.

2855

2856 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2857 **(Apromac) –** Evangelina. Favorável.

2858

2859

2860 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Zilda
2861 Veloso, Ministério do Meio Ambiente. Favorável. Então a gente aprova o Art. 5º.
2862 Desculpa, te ignorei. Perdão, Liciane.

2863

2864

2865 **A SRª. LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO (CNM) –** Favorável.

2866

2867

2868

2869

2870

2871

2872

2873

2874

2875

2876

2877

2878

2879

2880

2881

2882

2883

2884

2885

2886

2887

2888

2889

2890

2891

2892

2893

2894

2895

2896

2897

2898

2899

2900

2901

2902

2903

2904

2905

2906

2907

2908

2909

2910

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tinha que ter sido a primeira. Vai ser a primeira. Ontem... Agora tem o parágrafo único que nós retiramos ontem, e há uma proposta. Então tem um parágrafo único que já tinha sido uma decisão de consenso, ontem, com algumas mudanças. Sobe um pouquinho: até a publicação do guia técnico mencionado. É o contrário, desce. Até a publicação do guia técnico mencionado no *caput*, os órgãos ambientais competentes podem adotar métodos próprios de medição da qualidade de qualidade do ar.

O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) – Posso?

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Pode.

O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) – É consenso, não tenho nenhum tipo de argumentação, eu só acho que talvez teria um termo, não há um termo melhor para métodos próprios? Porque na verdade não existe um método próprio do órgão ambiental, existe um método já adotado.

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – (...) adquirir alguma coisa.

O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) – Sim, mas ele não é próprio, né?

O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Wanderley, CNI. É óbvio que eu não posso nesse caso trazer, até porque foi consenso ontem, eu concordo com o Daniel, talvez fosse melhor “outros métodos”, mas como eles não estão aqui, Zilda, eu até mandei mensagem para eles dizendo que a votação começou, não é a reunião não, vamos ver se eles aparecem aqui, porque eu acho que nesse caso eu queria... Até porque foi uma proposta que eles sugeriram alteração, e eu proporia, Zilda, a gente passar esse aqui, e voltar, tão logo eles cheguem, a gente volta e analisa isso, mas eu concordo com o Daniel, eu pelo menos acho “método próprio”, é como se ele desenvolvesse o método dele, eu acho que isso é complicado.

2911 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É só
2912 se a gente colocasse... A gente pode até propor: “*métodos de medição da*
2913 *qualidade do ar temporários*”, alguma coisa desse tipo, sei lá. Mas, a gente pode
2914 aguardar, eu acho que não tem problema algum aguardar e ver a manifestação.
2915 Aí, só queria que a gente firmasse, já que a gente está em processo de votação,
2916 eu entendi que o 6º também pode ser aprovado, a gente, hoje, de manhã, discutiu
2917 bem no início da reunião pela retirada do parágrafo único do 6º, mas o *caput* pode
2918 ser aprovado: “*a gestão do monitoramento da qualidade do ar é atribuição...*” Essa
2919 de melhorar a redação, a gente deixa para outra. Então, está bom. Aí veio... O
2920 final da nossa discussão, não vou entrar no mérito do 7º, eu sei que a Sociedade
2921 Civil quer um tempo para melhorar a redação do 7º, mas eu pergunto, a proposta
2922 para o Ministério Público e FURPA, ela pode ser retirada e podemos trabalhar em
2923 cima da proposta original do Art. 7º? Não, esse é de outro artigo, mas é que tem
2924 essa confusão do que é Plano de Atenção e Emergência, a proposta que se deu
2925 aqui foi de comunicação para salvar as duas.

2926
2927

2928 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2929 **(Apromac)** – É melhor deixar, porque nós vamos justamente discutir, então deixa
2930 registrada, ela eu acho que é importante.

2931
2932

2933 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
2934 sei, mas no intuito que essa proposta que tem aqui é a mesma do 7º, que para
2935 mim é mais abrangente do que a... Não é essa que está aí na tela, sobe um pouco
2936 a tela. Essa daí, para mim, é a mesma do que está no anterior: “*cabe aos estados*
2937 *a elaboração do Plano de Atenção*”, o outro estava escrito: “*os órgãos estaduais*
2938 *de meio ambiente deverão elaborar com base nos níveis de atenção, alerta e*
2939 *emergência, um Plano de Emergência*”. Para mim, essa é menor do que a que
2940 está em tela.

2941
2942

2943 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2944 **(Apromac)** – É, mas essa daí a gente está propondo “atenção e emergência”, lá
2945 em cima é “atenção, alerta e emergência.”

2946 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A do
2947 7º está dizendo: “episódios críticos de poluição”, não está falando isso que você
2948 está dizendo não, a original está propondo: “episódios críticos de poluição”, e essa
2949 daqui está dizendo: “atenção e emergência” somente, por isso eu estou afirmando
2950 desde manhã que ela é menor do que a que estava em tela.

2951
2952

2953 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2954 **(Apromac)** – Então ela é menor, é só “atenção e emergência”.

2955

2956

2957 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2958 Então, a outra é maior, a outra fala pra tudo.

2959

2960

2961 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2962 **(Apromac)** – Eu sei, mas acontece que justamente a proposta é ter uma a menos,
2963 só dois episódios críticos. Entendeu?

2964

2965

2966 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não**
2967 **ter de alerta, ter só de atenção e emergência?**

2968

2969

2970 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2971 **(Apromac)** – Isso. É.

2972

2973

2974 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Aí o**
2975 **8º também está sobrestado, o 9º também. O 10º pode ser retirado? Não é possível**
2976 **criar um sistema nacional de informações por uma Resolução.**

2977

2978

2979 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2980 **(Apromac)** – A gente mudou o texto, a gente sugere: “*será criado um banco de*
2981 *dados que promoverá (...) o sistema*”.

2982

2983

2984 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
2985 **Quem que vai criar esse banco de dados?**

2986

2987

2988 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2989 **(Apromac)** – Quem era que ia criar mesmo?

2990

2991 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (PROAM) – (...)** competência,
2992 **pode ser MDA.**

2993

2994

2995 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
2996 **(Apromac)** – Oh, lê mais embaixo, oh lá: “*compete...*”. Mais em cima, agora
2997 *passou: “*compete aos órgãos estaduais de controle a divulgação de área em sítio**
2998 *eletrônico dos dados objetos de monitoramento. Compete ao IBAMA a divulgação*
2999 *anual...*” Então lá em cima... O intuito dessa proposta é haver um...

3000

3001

3002 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Se**
3003 **identifica, por gentileza.**

3004

3005

3006 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3007 **(Apromac) –** Evangelina, Apromac. O intuito dessa proposta é haver um banco de
3008 dados, enfim, que foi chamado inicialmente sistema nacional, em que pudessem
3009 os dados de monitoramento serem disponibilizados, mas não separadamente por
3010 cada Estado e, aí, dessa forma haveria mais homogeneidade em termos de fusão
3011 dos dados, e etc.

3012

3013

3014 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Eu**
3015 **vejo uma incoerência com o resto do texto, a nossa construção foi para que os**
3016 **estados elaborem um relatório de monitoramento da qualidade do ar e um plano, e**
3017 **entregue ao MMA e ao CONAMA a cada quatro anos, aqui nós estamos dando um**
3018 **comando geral de que informações e que periodicidade essas informações vão**
3019 **constar no site. As outras resoluções que eu tenho do CONAMA que obrigam os**
3020 **órgãos ambientais a apresentar um relatório, ele normalmente é anual, ele**
3021 **normalmente é anual.**

3022

3023

3024 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3025 **(Apromac) –** Não, não seria relatório, seria a divulgação dos dados monitorados,
3026 não o relatório anual, olha lá: “serão divulgados diariamente os quantitativos”. Por
3027 quê? Pela aquela questão de como os estados, a maior parte deles utiliza o índice
3028 de qualidade do ar, então a ideia de ter um valor quantitativo dos poluentes
3029 monitorados, indique o valor aferido e o padrão de referência, porque isso daí
3030 surgiu a partir de uma discussão de que não havia uma homogeneidade na forma
3031 de divulgação dos dados entre todos os estados, inclusive essa foi uma proposta
3032 até do Ministério Público mesmo, para garantir a questão da informação. Olha lá,
3033 depois: poderão ser divulgados a critério dos órgãos ambientais índices
3034 qualitativos, desde que esclareça a metodologia de qualificação adotada e
3035 respectivos valores de referência. Então a comunicação nesse caso ficaria mais
3036 clara, né? A gente até na época falou sobre isso, que disse o seguinte, que quem
3037 faz hoje esse trabalho é o IEMA, que ele tem todos os dados compilados, e ele
3038 apresenta, né?

3039

3040

3041 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – O**
3042 **relatório de área?**

3043

3044

3045 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3046 **(Apromac)** – É... Não diariamente, eles apresentam os dados anuais, mas ele
3047 compila todos os dados dos estados que monitoram.

3048

3049

3050 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
3051 entendo que o que seria interessante neste momento a gente vê publicado no
3052 Plano Federal seria após os quatro anos, a consolidação dos relatórios dos
3053 estados. Agora... E claro, uma divulgação no sítio eletrônico dos órgãos
3054 ambientais do monitoramento dos estados, mas num primeiro momento ver isso
3055 tudo no nível federal, o relatório diário publicado, a gente não tem nem espaço
3056 para isso.

3057

3058

3059 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3060 **(Apromac)** – Só a CETESB?

3061

3062

3063 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Só.
3064 Em tempo real só a CETESB.

3065

3066

3067 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3068 **(Apromac)** – E se fosse, então, o anual mais um relatório que fosse homogêneo e
3069 tivessem todos num sítio, num sistema ou num banco único, entendeu? Porque
3070 até a questão dos relatórios é que, primeiro que vários estados não fazem,
3071 segundo que quando fazem é muito diferente entre os estados, a forma de fazer
3072 esse relatório. Então, pelo menos isso no sentido de ter, os estados terem essa
3073 obrigatoriedade de realizarem o relatório, elaborarem o relatório após o ano, e que
3074 haja um formato homogêneo em termos de apresentação, porque é muito difícil,
3075 quem não entende e não tem o conhecimento maior, acompanhar os relatórios,
3076 isso quando existe, porque eu acho que na verdade quem está atualizado é só Rio
3077 de Janeiro e São Paulo, não é?

3078

3079

3080 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Mas,
3081 aí, alguém vai ter que oferecer uma metodologia para isso. (*Intervenção fora do*
3082 *microfone. Inaudível*). O manual não é para isso, o manual é de método. É, de
3083 método, é um guia técnico com os métodos de referência adotados. Critério para
3084 aceitação de método equivalente, localização de amostradores e
3085 representatividade temporal dos dados, ele não é para isso. A gente já vem
3086 pedindo desde o grupo de trabalho para o proponente fazer uma proposta de texto
3087 mais objetiva, não é? Vocês não fizeram.

3088

3089

3090 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3091 **(Apromac)** – Então a gente manda no próximo.

3092

3093

3094 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Será
3095 que manda mesmo?

3096

3097

3098 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3099 **(Apromac)** – Não sei né.

3100

3101

3102 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Ficou
3103 o compromisso na reunião passada, que não foi cumprido.

3104

3105

3106 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3107 **(Apromac)** – É, vamos ver né.

3108

3109

3110 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aí a
3111 gente vota em cima do que a gente tiver.

3112

3113

3114 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3115 **(Apromac)** – Mas, aí, no caso, poderia me explicar o que seria mais objetivo
3116 nesse caso aí?

3117

3118

3119 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
3120 tenho que dizer quem vai fazer o método, como ser a divulgação, quem vai
3121 colocar diariamente. Dá uma olhadinha na Resolução 313 de 2002, que fala do
3122 Inventário Nacional de Resíduos Industriais, apesar de ela estar um pouquinho
3123 defasada, ela tem um Inventário Nacional de Resíduos Industriais, assim mesmo,
3124 nós não conseguimos fazer o Inventário de Resíduos Industriais porque cada
3125 estado usa um método diferente, mesmo a gente tendo na época conseguido
3126 recursos junto ao Fundo Nacional de Meio Ambiente para o desenvolvimento do
3127 Inventário de Resíduos Industriais, nós não conseguimos, o PRONAR teve de 88
3128 a 93, 94, recursos do Banco Mundial para se fazer rede monitoramento da
3129 qualidade do ar, isso foi apresentado aqui, está dentro do processo, dentro da
3130 página do CONAMA, foi apresentada uma avaliação crítica do PRONAR, também
3131 não conseguiu fazer com que isso mantivesse. Então, assim, só está na
3132 Resolução, eu acho que é um indicativo, mas eu preciso junto disso, e a
3133 Resolução não pode contemplar isso, garantir que eu vou ter recursos para
3134 repassar aos estados, capacitar, para se poder fazer isso. Mas, de qualquer jeito

3135 precisa estar um pouco mais claro, não é sistema, como vai ser feita, de que
3136 informações serão divulgadas, qual seria... Eu não vejo necessidade do IBAMA
3137 repetir o que os estados já divulgam, não vejo necessidade alguma do Inciso II.
3138 Quando você fala no § 1º: “serão divulgados diariamente”, “serão” é um comando
3139 sem sujeito, então serão divulgados por quem, os quantitativos dos poluentes?
3140 “Poderão ser divulgados a critério”, poderão ser divulgados por quem? Pelas
3141 empresas? Pelos controlados? Pelos órgãos estaduais? Pelo órgão federal?
3142 Então a gente precisa ter um pouquinho mais de clareza no texto que se quer
3143 colocar. Dra. Fátima pediu a palavra?

3144

3145

3146 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Eu estou
3147 pedindo para auxílio, porque então a minha preocupação é que diariamente é
3148 quase que impossível e ficaria ruim.

3149

3150

3151 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não
3152 foi isso que eu falei, eu falei o seguinte, hoje, me parece que só São Paulo divulga
3153 diariamente os dados, o Rio de Janeiro tem divulgação diária de dados da
3154 qualidade do ar?

3155

3156

3157 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3158

3159

3160 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Então,
3161 por que... É pra eu raciocinar e poder trabalhar, e quanto a divulgação ficaria para
3162 as secretarias de Meio Ambiente, para os órgãos estaduais.

3163

3164

3165 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – A
3166 gente está colocando na Resolução a responsabilidade aos órgãos estaduais de
3167 meio ambiente.

3168

3169

3170 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF)** – Então
3171 isso ficaria para ele. Agora, esse banco de dados somente o MMA que poderia ter,
3172 porque ele é que vai consolidar todas as informações agora do *caput*.

3173

3174

3175 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Eu
3176 posso verificar, o MMA, hoje, não tem disponibilidade técnica para fazer um banco
3177 de dados desse tamanho.

3178

3179

3180 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – E o que**
3181 **será feito do relatório enviado pelos estados?**

3182

3183

3184 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**
3185 **o relatório não é um banco de dados.**

3186

3187

3188 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Sim, mas**
3189 **o que será feito?**

3190

3191

3192 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Vai**
3193 **ser feita uma avaliação e vai ser encaminhado ao CONAMA, é feita sempre uma**
3194 **nota técnica, um parecer, e encaminhado ao CONAMA.**

3195

3196

3197 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Poderia**
3198 **chamar de nota técnica em vez de banco de dados? Porque é esse documento**
3199 **que nos interessa, a consolidação desse material...**

3200

3201

3202 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**
3203 **senhora me desculpe não é isso que está sendo proposto aqui, aqui está se**
3204 **propondo informações de áreas, outra coisa.**

3205

3206

3207 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Estou**
3208 **tirando o de áreas já.**

3209

3210

3211 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**
3212 **que seja, dados da qualidade do ar, o Ministério não vai nesse relatório juntar os**
3213 **dados de todo mundo e botar, ele vai dizer se aqueles relatórios atenderam a**
3214 **Resolução, se eles tem coerência, se eles precisam ser complementados, é isso**
3215 **que se vai dizer, mas não é isso que está sendo pedido aqui.**

3216

3217

3218 **A SRª. FÁTIMA APARECIDA DE SOUZA BORGHI – TITULAR (MPF) – Está**
3219 **certo. Então eu vejo melhor isso.**

3220

3221

3222 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3223 **Wanderley, CNI.**

3224

3225

3226

3227

3228

3229

3230

3231

3232

3233

3234

3235

3236

3237

3238

3239

3240

3241

3242

3243

3244

3245

3246

3247

3248

3249

3250

3251

3252

3253

3254

3255

3256

3257

3258

3259

3260

3261

3262

3263

3264

3265

3266

3267

3268

3269

O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Me parece, Dra. Zilda, que a questão de gestão da qualidade do ar é uma atribuição dos órgãos estaduais, evidentemente cada órgão vai implementar o seu sistema obedecendo diretrizes nacionais, né? Tem uma questão de fundo aí que é realmente de saber da importância de se ter esse sistema proposto aí pela Sociedade Civil, que ganho traria para o sistema de gestão da qualidade do ar, que é regional, não é nacional, ele é regional. Então, eu não vejo aqui ganhos que possam ser... Que esse sistema possa trazer, no fundo no fundo é se ele tem importância ou não, nem vou comentar com estados se eles querem fazê-lo, eu acho que cabe sim cada Estado tomar essa prerrogativa, onde você tem problema de qualidade do ar mais intenso, é o caso do Estado de São Paulo, um Estado altamente desenvolvido e industrializado, que tem problema de qualidade do ar, lá é feito dessa maneira, os demais estados, a gente colocar isso no nível nacional, que ganho teria em relação a isso? Eu faço esse questionamento também, porque eu vejo, se é informação, o Ministério Público quer informação, certamente as informações advindas do relatório e dos planos de controle da qualidade do ar que estão sendo propostos aqui serão disponibilizados, e essas informações chegarão as mãos do Ministério Público, agora criar um sistema nacional, eu realmente não vejo, principalmente utilizando Resolução CONAMA para isso, tinha que ser muito mais bem debatido, não sei se a gente teria condições de fazer isso agora nesse momento na Câmara Técnica.

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Daniel.

O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) – Mas, eu acho que pelo que a gente já conversou não só nessa reunião, eu acho que o termo “sistema”, ele está mal colocado

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mas estão colocando agora “banco de dados”.

O SR. DANIEL COBUCCI DE OLIVEIRA – TITULAR (MS) – Então, isso, então, mas no sentido de banco de dados a nível estadual, eu acho sim que é importante, inclusive a gente passa por essa questão, na verdade independente de estar na CONAMA, eu acho que é importante sim reforçar essa necessidade de divulgação de dados, que a transparência ela é dada, a gente passa por esse processo com relação a qualidade da água, mas eu acho que nesse momento já botar um sistema nacional realmente, nós, no Ministério da Saúde, somos totalmente favoráveis a divulgação dos dados, no entanto, a gente tem... Vou

3270 pegar a nossa dificuldade como exemplo, nós temos um sistema de banco de
3271 dados da qualidade da água, queremos divulgar, mas isso não é tão simples, tem
3272 que criar uma estrutura maior, enfim, eu acho que talvez nesse momento, se a
3273 gente garantir um banco de dados a nível estadual, que não necessariamente seja
3274 diário, que eu acho que diário realmente é uma riqueza de detalhe que não tem
3275 tamanha importância para essa questão, mas que seja semestral ou anual, a nível
3276 de Estado, eu acho que é interessante, banco de dados eu acho que isso é
3277 importante.

3278

3279

3280 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Aí eu
3281 acho que a gente tem que pensar numa coisa para ser coerente, os instrumentos
3282 que nós estamos imputando aos estados para atenderem a essa Resolução é
3283 fazer o plano de monitoramento da qualidade do ar e o relatório de monitoramento
3284 da qualidade do ar, eu acho que o que a gente pode falar num primeiro momento
3285 é dar publicidade no sítio da internet aos planos e ao relatório, eu acho que isso é
3286 o primeiro passo, pra a gente não criar uma coisa nova e diferente, nós estamos
3287 criando um outro comando diferente descolado daquilo que é o nosso foco
3288 principal, eu estou criando uma obrigação pela Resolução de que os estados
3289 cumpram isso, os estados vão fazer o plano, e vão fazer um relatório. Então eles
3290 têm que dar publicidade ao plano e o relatório, que não seja só publicar no Diário
3291 Oficial, mas preferencialmente no sítio eletrônico, com atualização constante das
3292 informações, aí, eu pergunto o seguinte, pergunto até aos representantes da
3293 Sociedade Civil, uma reflexão que eu faço, lógico que por uma resolução
3294 CONAMA, a gente procura dar tratamento isonômico a todos os estados, a todos
3295 os entes da federação, estados e municípios, correto? Só que a gente, com
3296 certeza, o nosso foco principal vai ser nas áreas mais densamente povoadas, não
3297 é que é o nosso foco principal, quem vai poder nos dar essa informação num
3298 primeiro momento são os órgãos mais capacitados ou aqueles que já estão se
3299 mobilizando para isso. Eu não vou dar uma regra específica para ninguém, a
3300 gente já discutiu isso ontem, desejável seria que criássemos dentro de uma escala
3301 de prioridade nas regiões metropolitanas ou nos grandes municípios, a
3302 obrigatoriedade de ter isso em quatro anos ou cinco anos, mas eu nunca vi
3303 nenhuma resolução do CONAMA em que a gente deu um tratamento diferenciado
3304 para pequenos e grandes municípios, como nós vemos em algumas leis no País,
3305 eu não vejo isso, porque é SISNAMA não tem capacidade disso. Mas, a partir do
3306 momento em que eu coloco a obrigatoriedade de divulgação diária, essa regra
3307 vale para todos. Então, assim, eu sugeriria que em algum ponto onde a gente está
3308 colocando, ou mesmo num Art. 10º novo, mas colocada a obrigatoriedade de dar
3309 publicidade aos planos e aos relatórios de qualidade do ar, preferencialmente no
3310 sítio da internet. *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*. Sim, é o que eu digo,
3311 ou se coloca lá, ou se coloca aqui o plano e o relatório a que se refere o Art. 3º:
3312 *“deverá ter publicidade nos meios de comunicação, preferencialmente no sítio*
3313 *eletrônico dos órgãos”*. Aí eu pergunto o seguinte, nós estamos montando aqui no
3314 Ministério, no nosso Departamento, o sistema nacional de formação de resíduos

3315 sólidos, nós não pretendemos inventar a roda, então nós temos *links* com o
3316 Ministério das Cidades que tem informações, com órgãos estaduais que tem
3317 informações sobre aterros, sobre gestão, sobre destinação. Então, assim, isso é
3318 muito mais uma estrutura governamental do que propriamente uma obrigação de
3319 uma resolução, a Lei não fala... Fala num sistema nacional, a Lei fala num sistema
3320 nacional, mas nós não estamos inventando a roda, como ele tem que estar
3321 integrado a outros sistemas e é uma Lei, a gente coloca essas informações com
3322 base no SNIS, no que os estados têm. Então, assim, eu não sei nesse momento...
3323 Não é que eu não goste, eu acho muito interessante a gente ter informações
3324 nacionais, a experiência que eu tenho aqui dentro do CONAMA, dentro do
3325 inventário de resíduos industriais é que a gente não vai conseguir ter um relatório,
3326 nem no Ministério e nem no IBAMA, da maneira assim, mesmo, olha, que do
3327 inventário 313, nós tivemos uma linha de apoio no fundo, o IBAMA fez uma
3328 contratação de uma consultoria para fazer a metodologia, capacitou os estados,
3329 disponibilizou, e a gente não conseguiu fazer o inventário nacional até hoje,
3330 porque os estados, cada um usa uma base de dados, usa uma tipologia de
3331 resíduos diferente, ignora o que está escrito na Resolução e a gente não
3332 conseguiu, é um mau exemplo, mas é um exemplo que eu tenho e que eu vivi.
3333 Então, assim, se a gente começasse por dar disponibilidade dessa forma, assim,
3334 obrigando que essas informações sejam dada disponibilidade, eu acho que a
3335 gente já teria um grande ganho, dando disponibilidade do relatório e do plano.
3336 Desculpa, dando publicidade, é isso mesmo, errei.

3337
3338

3339 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3340 **(Apromac)** – Bom, nós vamos redigir seguindo essas orientações, e vamos trazer
3341 também junto com o documento que nós vamos enviar, em quinze dias.

3342
3343

3344 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Nós
3345 tínhamos discutido um ponto, os estados não estavam aqui, eu voltei no Art. 5º, lá
3346 na tela. Coloca lá, Henrique, por favor. E aprovamos o 5º, porque ele, ontem, já
3347 tinha sido... Já tinha consenso, tá? Aí sobrou uma dúvida, que era o parágrafo
3348 único do 5º, é o que fala do guia técnico, a gente vai ler de novo, ontem, a gente
3349 mudou esse artigo, e achou “métodos próprios” muito estranho, a gente entendeu
3350 o que foi colocado ontem. Wanderley.

3351
3352

3353 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Wanderley, CNI.
3354 Na verdade, André, é que método próprio pode dar a entender que é método que
3355 você desenvolve, então, sim, não ficaria melhor você colocar outros métodos para
3356 que te desse essa abertura que você quer? Da proposta, de vocês estarem
3357 contratando um sistema com método diferente do que está sendo proposto, e você
3358 não perder isso?

3359

3360

3361 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema.
3362 Uma sugestão, de repente, é colocar que os órgãos ambientais competentes
3363 definirão os métodos e, aí, cada órgão define como vai trabalhar nesse período de
3364 transição.

3365

3366

3367 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Até a
3368 publicação, né?

3369

3370

3371 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Até a publicação, os
3372 órgãos ambientais deverão os métodos de medição da qualidade do ar, ponto,
3373 uma sugestão que eu consulto aqui os estados.

3374

3375

3376 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3377 Então, a gente vai inverter a frase, a gente vai inverter a frase. Oh, a sugestão, eu
3378 vou ler: *“os órgãos ambientais competentes...”* Como é que você disse? *“Definirão*
3379 *os métodos de medição da qualidade do ar até a publicação do guia técnico*
3380 *mencionado no caput.”* Ao contrário.

3381

3382

3383 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Perfeito.

3384

3385

3386 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Que,
3387 aí, não dá a entender que você vai... Mas, se você vai se apropriar de um método
3388 específico, tá? Então: *“os órgãos ambientais competentes definirão os métodos de*
3389 *medição da qualidade do ar até a publicação do guia técnico mencionado no*
3390 *caput”*. Pode ser? Só tira uma vírgula aí depois do ponto do parágrafo único. Isso,
3391 beleza, Henrique. Ponto. Podemos retirar a palavra consenso e colocar aprovado?
3392 Então está ótimo. E, aí, André, nós chegamos a mesma conclusão que você
3393 chegou de manhã, o Art. 7º vai ficar para ser feita uma redação, o 8º também vai
3394 ser proposta uma redação, nós vamos tentar aqui pelo Governo Federal, também
3395 ver se a gente propõe alguma coisa para o texto, para o restante do texto. Convido
3396 os demais colegas também a fazerem o mesmo. O 9º também ficaria para... O 9º,
3397 só fazendo uma reflexão, a gente não vai votar agora, eu fiz uma tentativa
3398 enquanto vocês não estavam, de tentar, quer dizer, a meu ver, eu continuo
3399 falando o que eu falei de manhã, mas eu entendi agora o que a Evangelina está
3400 querendo dizer, o texto original da Resolução falava em plano de atenção alerta e
3401 emergência, correto? O PROAM, Ministério Público Federal e FURPA, na
3402 proposta que veio do GT, procuram indicar a elaboração dos planos só de atenção
3403 e emergência, correto? Não sei qual é objetivamente a posição dos estados, mas

3404 eu tentei suprimir, depois eu vi que aqui o ponto é mais restritivo, é retirar o “de
3405 alerta”, só ficar o “de atenção e de emergência”.

3406

3407

3408 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – No parágrafo único do
3409 8º.

3410

3411

3412 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não,
3413 na proposta PROAM, FURPA e Ministério Público Federal, coloca lá na tela,
3414 Henrique, por favor, aqui oh, esse aqui, coloca esses dois aqui. O 7º e o 8º. É
3415 porque está com uma proposta no meio, faz o seguinte, cola a proposta Apromac,
3416 a 26ª, para depois do 8º, por favor, só momentaneamente, para a gente poder
3417 visualizar os dois ao mesmo tempo na tela. Isso. Só para visualizar na tela, depois
3418 do parágrafo, isso, aí, exatamente. Depois você volta, não esquece. Então o que a
3419 gente estava tentando fazer oh, é que aí tem o 7º, e eu acreditava, eu não tinha
3420 me atentado que o alerta foi suprimido na proposta da PROAM, Ministério Público
3421 e FURPA, eu já tentei suprimir a proposta para o Ministério Público, sugeri a
3422 suspensão, mas fui alertada de que não era possível porque são diferentes.

3423

3424

3425 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Zilda. Renato,
3426 Abema. É porque aqui a gente tem uma diferença de entendimento, então tinha
3427 sido colocado esses planos em função de eventos críticos agudos, o que está
3428 sendo colocado em função até do que foi proposto, foi trazer valores que são não
3429 de eventos agudos, eventos crônicos, então, assim, são propostas bem diferentes
3430 por essa questão. Então não tem como casar as duas coisas, a gente acha difícil,
3431 porque uma é para evento agudo, a proposta que veio é para evento agudo, e o
3432 que está sendo proposto é para evento crônico, por isso tem níveis diferentes.
3433 Isso. Ok. Só para esclarecer. Então são formas de visualizar diferentes, um para
3434 evento agudo, outro para evento crônico, mas o objeto desses itens, desses níveis
3435 de alerta, emergência e atenção, atenção, alerta e emergência eram para eventos
3436 agudos.

3437

3438 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3439 Obrigada pela explanação.

3440

3441

3442 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – André França, Abema,
3443 passar a palavra para o Cláudio Alonso.

3444

3445

3446 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Eu ia falar o que ele falou, está
3447 falado.

3448

3449

3450 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Está**
3451 **superado?**

3452

3453

3454 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – É isso.**

3455

3456

3457 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Está**
3458 **bom. Evangelina.**

3459

3460

3461 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
3462 **(Apromac) – Evangelina, Apromac. Eu não entendi o agudo e o crônico, o crítico,**
3463 **você está falando que é agudo, e o crônico seria o quê?**

3464

3465

3466 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) – Os valores**
3467 **que estão sendo trazidos que vem da proposta da Apromac são valores que estão**
3468 **relacionados com o tempo de exposição que a gente entende que é crônico, e não**
3469 **agudo. Então esses valores aqui, esse plano foi construído, e ele está na 03, e ele**
3470 **veio na discussão dessa proposta para evento agudo.**

3471

3472

3473 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
3474 **(Apromac) – Isso.**

3475

3476

3477 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) – E, aí, a**
3478 **proposta que vocês trouxeram traz valores que estão referenciados em exposição**
3479 **crônica.**

3480

3481

3482 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITAG**
3483 **(Apromac) – O que seria exposição crônica para você, para eu entender?**

3484

3485

3486 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) – Eu vou passar**
3487 **para o Jesuíno, ele vai explicar.**

3488

3489

3490 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb) – Jesuíno, São Paulo. Não sei se vocês**
3491 **observaram que, por exemplo, existe para material particulado dois tipos de**
3492 **padrões, um diário e outro anual. O que significa o anual? O que significa o diário?**
3493 **Porque o anual é menor do que o diário?**

3494

3495

3496 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3497 **(Apromac)** – Exposição a longo prazo.

3498

3499

3500 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – E longo prazo é o quê?

3501

3502

3503 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3504 **(Apromac)** – Então é exposição crônica, não episódio crônico.

3505

3506

3507 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Mas, não existe episódio crônico, minha
3508 filha.

3509

3510

3511 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3512 **(Apromac)** – Minha filha?

3513

3514

3515 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Força de expressão.

3516

3517

3518 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3519 **(Apromac)** – Bom, então, você está se referindo a exposição crônica em que
3520 artigo?

3521

3522

3523 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – No 7º
3524 e no 8º. São esses dois que estamos discutindo agora.

3525

3526

3527 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3528 **(Apromac)** – Não, o 8º, eu entendo que é agudo, o 8º, ele é diário, 24 horas,
3529 agudo é episódio crítico, é bem claro. O que você está se referindo a exposição
3530 crônica? É o Art. 7º? Não estou entendendo o que você está dizendo.

3531

3532

3533 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não
3534 é isso que está escrito. Desculpe, Evangelina, mas não é isso que está escrito. No
3535 8º? *“Cabe aos estados elaborar o plano de atenção, emergência em episódios*
3536 *críticos”*.

3537

3538

3539 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3540 **(Apromac)** – Crítico é uma coisa, crônica é outro, agudo é crítico. Eu não estou
3541 entendendo o que vocês querem dizer? Por favor, expliquem, porque o 8º é agudo
3542 e crítico. O agudo, segundo vocês é exposição imediata, 24 horas, o que você
3543 está se referindo a crônico, não estou entendendo.

3544

3545

3546 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – É que vocês... Esses valores que vocês
3547 apresentaram são valores que não representam episódios críticos, nem de
3548 emergência

3549

3550

3551 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3552 **(Apromac)** – Ah, os valores, entendi. Agora eu vou explicar, agora eu entendi.

3553

3554

3555 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível).*

3556

3557

3558 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Exatamente.

3559

3560

3561 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3562 **(Apromac)** – Não, os valores que nós referimos é exatamente os valores que nós
3563 consideraríamos como críticos para comunicação, vide o que é feito na França, e
3564 atualizado, essa é de fato a nossa proposta. Quando eu disse, ontem, que
3565 apresentei e, inclusive, eu disse que os valores que nós apresentamos eram
3566 valores que estariam inclusive abaixo do padrão vigente, e que por isso era difícil
3567 realmente defender, nesse caso, nessa resolução, nessa revisão, esses valores, e
3568 que por isso que nós estávamos pensando em alterar o artigo, e nós fizemos o
3569 Art. 7 baseado em padrão e, agora, nós vamos voltar e vamos fazer uma
3570 proposta, ou mantendo o Art. 7 numa visão de padrão, ou voltando ao episódio
3571 crítico, provavelmente, com valores diferentes desse. Agora eu entendi o que você
3572 disse, mas no meu entendimento quando eu propus, eu propus como se fosse
3573 valores críticos e agudos, não anuais, você não tem como fazer um episódio... Um
3574 alerta, uma emergência de um episódio de um ano, que você só vai avaliar depois
3575 desse valor, é diário mesmo, é diário, 50 e 90.

3576

3577

3578 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Não, o que eu quero dizer é o seguinte,
3579 não existe episódio crônico nesse...

3580

3581

3582 **A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3583 **(Apromac)** – Não existe episódio crônico

3584

3585

3586 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – E aqui está sendo colocado como
3587 valores...

3588

3589

3590 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3591 **(Apromac)** – Anuais.

3592

3593

3594 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – E são relativamente baixos

3595

3596

3597 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3598 **(Apromac)** – Exato, que você considerou como anuais crônicos, não faz sentido,
3599 realmente, eu considerei o 90 como episódio crítico agudo, eu considerei isso,
3600 entendeu? E foi por isso que eu apresentei anteriormente e justifiquei isso. Mas,
3601 quando nós propusemos, nós pensamos como episódio crítico agudo diário,
3602 embora seja um valor bem inferior, pensando mais na salvaguarda da saúde que,
3603 na verdade, de novo, eu vou dizer, a Cetesb já faz isso através do Índice de
3604 Qualidade do Ar, ela faz isso, ela utiliza esse valor, né? Não dizendo que é crítico,
3605 mas ela utiliza com o EPA, por exemplo, e, aí, o 90, ele está abordando o grupo
3606 de risco, de maior risco, e não a população em geral, na verdade, o risco da
3607 salvaguarda, nós consideramos da saúde desde a população de risco que já tem
3608 uma suscetibilidade maior, até a outra, que são as crianças e os idosos, e as
3609 pessoas que tem doenças crônicas ou pulmonares. No nível amarelo, no nível
3610 amarelo, que é moderado, que vai até, senão me engano, cem, que eu me lembro,
3611 mas por aí, o nível amarelo já é dito que é um risco às pessoas que são as
3612 pessoas mais sensíveis do ponto de vista de suscetibilidade aos efeitos da
3613 poluição e do ar tóxico, que são essas pessoas, isso inclusive está no relatório da
3614 Cetesb.

3615

3616

3617 **O SR. JESUINO ROMANO (Cetesb)** – Só para complementar. Jesuíno, Cetesb.
3618 Com relação a isso, na verdade o que você está propondo aqui é comunicação, e
3619 não ações que vão ser tomadas no caso de níveis mais altos. Entende? É
3620 diferente

3621

3622

3623 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3624 **(Apromac)** – É isso mesmo, por isso que nós fizemos o 7^o, é exatamente esse
3625 entendimento, esse foi... Esse foi o progredir do raciocínio. Então, ao invés de
3626 fazer como episódio crítico nós voltamos e fizemos uma proposta que atrela a
3627 proposta de comunicação, é exatamente isso, sem prejuízo ao outro conceito,
3628 entendeu? Na forma como é visto hoje.

3629

3630

3631

3632

3633

3634

3635

3636

3637

3638

3639

3640

3641

3642

3643

3644

3645

3646

3647

3648

3649

3650

3651

3652

3653

3654

3655

3656

3657

3658

3659

3660

3661

3662

3663

3664

3665

3666

3667

3668

3669

3670

3671

3672

O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) – Eu gostaria de fazer uma complementação, porque São Paulo tem experiência no que é episódio crítico, e a gente sabe o que acontece com isso. Primeiro, há que se deixar muito claro, há que se deixar muito claro o que é um episódio crítico e qual é a consequência, porque a declaração de episódio crítico, o papel aceita qualquer coisa, a consequência que é complicada, tradicionalmente, não está escrito aqui, mas tradicionalmente, até pelas resoluções anteriores, o episódio crítico é dirigido a riscos graves e eminentes à saúde da população. Ora, os padrões de 24 horas, mesmo os intermediários são propostos pela ONU, pela Organização Mundial da Saúde, e não me parece que eles sejam lenientes em propor valores que causem riscos eminentes à saúde da população, portanto, isto é uma coisa que precisa ficar bem clara, se o risco é eminente, se o risco é eminente, eu tenho que necessariamente tomar atitudes fortes para reduzir a produção industrial e a circulação de carros, a consequência disso é muito forte, não é apenas e tão somente fazer uma comunicação um pouco mais forte para a população, não é isso, a consequência social é forte, eu quero saber se algum Ministério, alguma Secretaria vai aceitar uma coisa como essa, porque o risco eminente, ele tem que ser eminente, quer dizer, você já tem um grau de atendimento hospitalar maior etc., e etc., e etc.. Não me parece que os padrões de 24 horas propostos pela Organização Mundial da Saúde para nível 1 sejam tão irresponsáveis que mesmo assim causem riscos eminentes e graves à saúde da população, cuja consequência seria parar trânsito, não é possível, nós... Como falei pela manhã, nós vamos viver um vagalume aqui, acende e apaga a luz. Provavelmente, Brasília, hoje, estaria num estado de atenção, sei lá, São Paulo, que não existe um risco eminente, existe risco sim, existe risco sim, a gente não nega, a Organização Mundial da Saúde, ela valora esse risco, ela valora esse risco, ele é quinze por cento maior em alguns casos do que o risco básico, mas o risco não é eminente, ele é ainda um risco crônico, só que acelerado. Então precisa tomar muito cuidado, não é apenas uma forma de comunicação, se for só uma forma de comunicação, então que se fala: vamos fazer uma comunicação diferenciada a partir... Mas não que é episódio crítico, não é, não é, porque senão fica um caos, isso aqui... Esse País vive inadmissível, então precisa ficar claro qual é o conceito de episódio crítico, risco eminente da saúde da população que implica em parar produção e parar circulação de veículos.

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Mais do que isso, Cláudio, eu acho que na proposta que está se desenhando para esse assunto, uma coisa é o plano de emergência para episódios críticos, eu entendo que o plano de emergência vai constar no que você vai fazer, de que forma vai fazer, quem vai acionar, como vai ser o comunicado, e tudo mais, e outra coisa é o que está se chamando aqui de nível propriamente dito, né? É nível de atenção, eu

3673 não sei se nível é a palavra mais adequada, mas, eu não sei se São Paulo usa
3674 nível, mas é um padrão de alerta, alguma coisa desse tipo.

3675

3676

3677 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb)** – Não, isso é cópia do passado.

3678

3679

3680 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – É
3681 para a gente não misturar, assim, eu estou com uma preocupação de que muitas
3682 vezes o mesmo assunto é tratado com várias nomenclaturas dentro da Resolução,
3683 então, assim, a pessoa vai olhar e vai dizer: o que é nível? Nível é quando um
3684 poluente atinge uma concentração acima do padrão, né? Quantas vezes ela
3685 atinge. A gente tem sempre que vincular a palavra padrão para não se descolar
3686 dos conceitos da Resolução. Mas, antes de passar a palavra, tenho inscritos a
3687 Evangelina e o Renato. Eu não estou discutindo tanto os valores e nem a forma, é
3688 o texto ter uma coerência. Então eu acho que a preocupação que a Apromac
3689 externou, ela, a meu ver, ela não está transcrita no texto de maneira clara, ela
3690 precisaria ter uma elaboração em termos de proposta de artigos, parágrafos um
3691 pouco mais consistentes, passo a palavra para a Evangelina e para o Renato,
3692 depois, na sequência.

3693

3694

3695 **A SR^a. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG**
3696 **(Apromac)** – Eu não... Eu acho melhor trazer escrito para vocês poderem
3697 entender mais claro essa proposta dessa diferença entre o valor crítico e a outra
3698 proposta em relação à comunicação, por isso mesmo que a gente separou. Mas,
3699 eu acho que, isso já foi aceito, nós vamos trazer na próxima vez, justamente a
3700 revisão do texto, aí talvez fique mais claro.

3701

3702

3703 **O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG)** – Eu só vou dar
3704 a percepção minha que acompanhei esse Grupo de Trabalho, e venho discutindo
3705 isso, Dra. Angelina... Dra. Evangelina colocou que o Art. 7º é uma coisa, e o Art. 7º
3706 e 9º são outras coisas, mas pelo menos nas discussões do GT, a gente sempre
3707 trabalhou com a mesma coisa, tanto que a gente usa a mesma nomenclatura para
3708 os três artigos, né? Então, o Art. 7º fala de plano de emergência para episódio
3709 crítico, chama, em teoria, o Art. 9º, que é a tabela, e o Art. 8º fala também sobre o
3710 mesmo plano. Então, assim, os três artigos falam sobre o mesmo plano, para mim,
3711 aqui no que está no texto não tem dúvida, eu acho que o que a Sociedade Civil
3712 está propondo é um outro plano que tem a ver, aí, no nosso entendimento mais
3713 com a comunicação lá, mas não é um plano de evento crítico, mas a construção
3714 do grupo foi sempre 7º, 8º e 9º, tendo a mesma relação com efeito... Evento
3715 crítico. Então é só para deixar claro isso, porque a Evangelina chegou a falar que
3716 o 7º falava de uma coisa e o 8º de outra.

3717

3718

3719

A SRª. EVANGELINA DA MOTTA PACHECO ALVES DE ARAÚJO VORMITTAG (Apramac) – O 7º que propusemos hoje, ele fala de outra coisa, não o que era. Então a gente modificou o 7º. Mas é isso, está correto.

3722

3723

3724

O SR. RENATO TEIXEIRA BRANDÃO – TITULAR (Abema/MG) – É, a construção do texto sempre foi 7º, 8º e 9º, sempre repercutindo no evento crítico, na tabela ou naqueles níveis de atenção e alerta. Só para deixar registrado, tá? Obrigado.

3728

3729

3730

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Conforme eu estava dizendo, nós vínhamos tentando limpar essas partes do texto, né? Eu peço a compreensão dos Conselheiros para que ao fazerem as suas propostas para serem discutidas na próxima reunião não deixem de observar os termos, as expressões, os comandos que estão sendo usados na Resolução, para a gente não perder muito tempo em ficar discutindo isso. Então, eu estou entendendo que o 7º, o 8º e o 9º, a Sociedade Civil vai apresentar uma proposta para a próxima reunião. Assim como o 10º. O 11º, que também, que tinha ficado de trazer. O 12º também. O 13º provavelmente vai ter alguma mudança, porque é uma proposta da própria PROAM, Ministério Público e FURPA. O 14º, a CETESB ficou de trazer o indicativo, não, perdão, o 15º, do que... Cláudio Alonso, do que ele vai trazer de revogação, e com isso o que a gente faz? Discute o anexo ou interrompe a reunião aqui? Não sobrou mais nada para discutir.

3743

3744

3745

O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – O 14º, Zilda. A gente já pode deliberar sobre ele.

3746

3747

3748

3749

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –

3750

Então deliberar sobre o 14º.

3751

3752

O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – E o anexo, e

3753

depois eu quero voltar em dois pontos na Resolução.

3754

3755

3756

A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Estava aprovado previamente: “O Ministério do Meio Ambiente deverá encaminhar ao CONAMA proposta de revisão da Resolução 05 de 89, no prazo de doze meses após a publicação dessa Resolução”. Alguém tem alguma coisa contra? Vamos fazer uma votação nominal, aqueles que são contrários que se manifestem. Aqueles que se abstêm que se manifestem. Aprovado por unanimidade. Algum ponto a mais?

3757

3758

3759

3760

3761

3762

3763

3764

3765

3766

3767

3768

3769

3770

3771

3772

3773

3774

3775

3776

3777

3778

3779 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Da**
3780 **proposta ABEMA, ANAMMA e CNI.**

3781

3782

3783 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Proposta ABEMA,**
3784 **é a única que eu me atrevo aqui a propor.**

3785

3786

3787 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Tá,**
3788 **após o § 2º os órgãos estaduais de Meio Ambiente...**

3789

3790

3791 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Vou propor aqui,**
3792 **se o pessoal da ABEMA não gostar, por favor, digam. (Risos!) Por favor, digam.**

3793

3794

3795 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não,**
3796 **perdão aqui em cima, antes do novo artigo. No *caput*, logo depois do artigo.**

3797 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) – Temos o *caput*, aí**
3798 **temos o § 1º, o § 2º, e eu quero colocar aí um 3º §. Tá?**

3799

3800

3801 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Só**
3802 **um pouquinho, aí. Aí? Aí. É aquele outro. Isso, aqui, Henrique, depois de os**
3803 **padrões de qualidade do ar subsequentes, não é esse? Depois desse aí,**
3804 **exatamente, em vermelho, antes de “novo artigo”. Antes de “novo artigo”.**

3805

3806

3807 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Antes de “novo
3808 artigo”, exatamente. É um novo §. Isso, seria um § 3º no caso, se for aceito. Pode
3809 anotar?

3810

3811

3812 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3813 Pode.

3814

3815

3816 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Caso não seja
3817 possível a migração para o padrão subsequente prevalece o padrão já adotado,
3818 isso tem a ver o seguinte, se por acaso...

3819

3820

3821 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Não
3822 vale, eu tinha sugerido o contrário ontem.

3823

3824

3825 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – O contrário?
3826 Como assim o contrário?

3827

3828

3829 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Se
3830 passou o prazo dado para isso, e as negociações demorarem, automaticamente é
3831 adotado o próximo.

3832

3833

3834 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Sim, mas aí é
3835 outra proposta, não é, Dra. Zilda? Digamos que... Como a gente não vai
3836 deliberar...

3837

3838

3839 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3840 Princípio da omissão, se o órgão demorar pra mandar a gente cobra, ele não
3841 manda, é muito fácil, vai continuar valendo o anterior, tinha que ser ao contrário, é
3842 um instrumento de *enforcement*.

3843

3844

3845 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – É minha proposta
3846 aos órgãos ambientais

3847

3848

3849 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Eu consulto aos estados
3850 se tem alguma posição, já manifestando que eu concordo com a sugestão da
3851 ABEMA... Da CNI. De acordo, a gente acata e deixa a proposta para deliberação.

3852

3853

3854 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Certamente esse
3855 vai ser um dos principais pontos de debate, mais até do que outras coisas. Era
3856 apenas isso, Dra. Zilda, e nos termos da proposta do licenciamento, eu gostaria
3857 que fosse mantida.

3858

3859

3860 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Sim,
3861 sim, você falou de manhã, o texto original.

3862

3863

3864 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Que eu propus,
3865 por favor, apenas isso para constar.

3866

3867

3868 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Vai
3869 ficar aquela que a gente construiu, e o texto que a CNI... Aqui.

3870

3871

3872 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – Está na página 05,
3873 Henrique. Novo artigo.

3874

3875

3876 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** –
3877 Aquela de de manhã. Que número que é o artigo? Aí. Isso.

3878

3879

3880 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI)** – É isso, já está lá.
3881 Só queria ter essa certeza. Agradeço, Zilda. Apenas essa observação. Obrigado.

3882

3883

3884 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Zilda, só para fins de
3885 registro. Eu queria pedir que os artigos que a gente vai deliberar que ainda tem
3886 destaques naquele documento que a gente tinha enviado, que para a próxima
3887 reunião já sejam incorporados ao texto principal, porque por vezes a gente acaba
3888 esquecendo que tem destaque nosso.

3889

3890

3891 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA)** – Tu
3892 não quer acabar e colocar isso agora?

3893

3894

3895 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema)** – Não, isso pode ser feito
3896 pelo DConama depois, não tem problema, só porque a gente mandou, e acabou

3897 não vindo para o texto principal, então a gente pede para que o próximo seja feito
3898 isso. Isso. O que já tiver sido superado não precisa, né? (*Intervenção fora do*
3899 *microfone. Inaudível*). Isso, o que tiver superado não precisa, eu digo aqueles que
3900 a gente ainda vai deliberar que não teve consenso. Obrigado, João.

3901

3902

3903 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –**
3904 Cláudio. Você está no microfone? Não. Agora sim.

3905

3906

3907 **O SR. CLÁUDIO DARWIN ALONSO (Cetesb) –** Você poderia só mostrar, por
3908 favor, por exemplo, a tabelinha do monóxido de carbono, porque tem um aspecto
3909 formal que a gente pode repensar algumas coisas e diminuir o nível de tensão que
3910 existe entre propostas. Isso não quer dizer que vá, mas eu só gostaria de ver
3911 formalmente como é que está colocado. Primeiro, oficialmente, nesse País, não se
3912 utiliza, a não ser o monóxido de carbono, por uma razão numérica, só se utiliza
3913 micrograma por metro cúbico. Eu gostaria que se mantivesse isso, porque o
3914 americano usa PPM, fica bagunça do diabo. No caso monóxido de carbono, pra
3915 manter micrograma por metro cúbico, os números muito grandes, é 10 mil, 15 mil,
3916 fica muito difícil até de comunicar. Então eu gostaria que primeiro a gente
3917 mantivesse o padrão micrograma por metro cúbico, a exceção do monóxido de
3918 carbono, por uma simples razão de comunicação, são números mais fáceis de
3919 comunicar, porque de resto eles valem a mesma coisa. Vocês veem nessa tabela
3920 que como o monóxido de carbono está já no padrão final, ele é repetido o tempo
3921 inteiro, não é? Talvez esta forma de apresentar auxilie, eu não vou dizer o quê, eu
3922 vou estudar, auxilie um pouco, mas eu quis destacar isso, a gente colocou numa
3923 forma que eu acho que pode ser até diferenciada, podia ser uma tabela única, um
3924 risco só, mas pode ser que aí a gente arrume alguma alternativa para diminuir
3925 algumas tensões, porque eu acho que pode, eu vou me permitir falar com o André,
3926 e talvez a gente faça uma proposição um pouco diferente da atual sem ser
3927 diferente da atual, mas mais palatável, ela é um pouco diferente sim, ela é mais,
3928 digamos assim, mais rígida, se der certo, tá? E alguma tensão ela diminui, tá. Eu
3929 acho que é possível formalmente a gente resolver isso.

3930

3931 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Eu acho que eu entendi
3932 o que o Cláudio quis dizer de dar ênfase... André França, Abema. De que alguns
3933 padrões já serão adotados de imediato no padrão final, e talvez retirar isso, em
3934 vez de colocar na tabela repetindo os valores, e destacar os poluentes tais, tais e
3935 tais, adota-se de imediato o padrão final, a gente já evidencia um ganho que já
3936 está colocado, mas que talvez não esteja sendo dada a ênfase devida. Eu acho
3937 que é isso que o Cláudio quis dizer. É isso, Cláudio?

3938

3939

3940 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA – TITULAR (CNI) –** Zilda. Wanderley,
3941 CNI. O chumbo também está nessa classe, né?

3942

3943

3944 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – A**
3945 **Patrícia pediu a palavra. O chumbo também, é.**

3946

3947

3948 **A SR^a. PATRÍCIA HELENA GAMBOGI BOSON – SUPLENTE (CNT) –** Patrícia
3949 **Boson, CTN/CONAMA. Não, primeiro, isso eu acho importantíssimo, inclusive**
3950 **quando isso sai depois de uma Resolução, quando ela vai para comunicação em**
3951 **rede geral, eles costumam pegar o que vem. Segunda coisa de forma, é só saber**
3952 **se a CTAJ está superada na CTAJ, essa mania de não deixar a tabela no meio do**
3953 **texto, e jogar tudo em anexo, se isso está superado, se isso não tiver, lembrar**
3954 **disto quando colocar essas questões de dar ênfase naqueles que já estão no**
3955 **padrão final, lembrar disso, que a CTAJ tem mania ou tem o hábito de não deixar**
3956 **tabela no meio do texto, tabela é anexo, então melhor a gente já colocar, porque a**
3957 **gente já coloca do jeito e no formato que a gente acha mais adequado, do que**
3958 **tentar mudar depois lá no Plenário, vai ser mais complicado. E terceiro, para o**
3959 **peçoal aí do DConama, se é possível, na forma... Quando for liberar para a**
3960 **reunião 21 e 22, uma versão limpa em que tenha um destaque diferenciado para**
3961 **os consensos, em negrito, numa letra maior, não precisa ser cores, para ninguém**
3962 **ficar gastando dinheiro com tinta colorida, mas pode ser negrito, o que já é**
3963 **consenso, é só para que a gente tenha, visualmente, um conjunto do que a gente**
3964 **já alcançou e do que a gente ainda precisa alcançar.**

3965

3966

3967 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Bem**
3968 **lembrado, Patrícia, bem lembrado essa recomendação das tabelas. A justificativa**
3969 **é sempre de que ao colocarmos as tabelas dos anexos fica mais fácil uma**
3970 **atualização, uma eventual atualização pela Resolução, mas é algo relativamente**
3971 **simples, né? Os padrões de qualidade do ar estabelecidos conforme o anexo, né?**
3972 **E deixa no texto... Vai deixar os incisos num anexo, e se permanece o parágrafo,**
3973 **e se elabora um *caput* um pouco melhor, eu acho que pode ser isso. Alguma**
3974 **colocação a mais? Algum ponto a mais para ser discutido? E, então, nós**
3975 **encerramos a reunião aqui. Alguém mais quer falar? Quer Wanderley? Mas o**
3976 **anexo já tinha corrigido ontem. Não? Só retirar a rede... Tem alguma sugestão a**
3977 **mais?**

3978

3979

3980 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – André França, Abema. A**
3981 **gente fez uma observação, parecia que tinha uma repetição, mas na verdade ali**
3982 **são subitens, eu acho que foi na hora de formatar o texto**

3983

3984

3985 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Que**
3986 **ficou diferente?**

3987

3988

3989

3990

3991

3992

3993

3994

3995

3996

3997

3998

3999

4000

4001

4002

4003

4004

4005

4006

4007

4008

4009

4010

4011

4012

4013

4014

4015

4016

4017

4018

4019

4020

4021

4022

4023

4024

4025

4026

4027

4028

4029

4030

4031

O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – É, tem ali rede automática, rede manual, e está como item, mas na verdade são subitens do item 5, assim como o 11 e o 12, que são subitens do Item 10. É só ajustar isso e renumerar. Porque parecia numa leitura que estava repetido, mas na verdade é rede automática e rede manual para os tipos de rede e parâmetros monitorados, que é o Item 5.

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Ah, então é 5.1.

O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Isso. Isso. Isso. E no Item 10, que vai passar a ser Item 8, está representatividade de dados, aí abriria o subitem da rede automática e da rede manual.

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Qual? Desculpa, André.

O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – No Item 10, que vai passar a ser 8 também, aí seria 8.1 e 8.2, rede automática e rede manual.

A SR^a NÃO IDENTIFICADA – No 10?

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Não, no 8. É, tá. É isso?

O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) – Isso. É porque o 8 agora é o antigo 10.

A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) – Perfeito. Mais algum ponto? Olha, eu queria lembrar, mais uma vez, aos senhores dos prazos, né? Podemos aprovar o anexo? Aqueles que são contra que se manifestem. Os que se abstêm. Aprovado por unanimidade o anexo. O anexo, por enquanto o Anexo 1, nós vamos ter que depois reposicioná-lo no texto. Gente, eu lembro que nossa próxima reunião, então, é 21 e 22 de fevereiro, os senhores têm até o dia 14 de fevereiro, pra enviar as recomendações, não cabe mais pedido de

4032 vista, e as deliberações vão ocorrer mediante o material encaminhado a tempo, e
4033 as proposta de emendas pontuais feitas durante a reunião da Câmara Técnica,
4034 não vão ser mais tolerados mais prazos de adiamento. Correto?

4035

4036

4037 **O SR. ANDRÉ LUIZ FELISBERTO FRANÇA (Abema) –** Perfeito.

4038

4039

4040 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO – Presidente da CTQAGR (MMA) –** Um
4041 bom retorno para aqueles que não são daqui, e um bom final de dia para vocês.
4042 Muito obrigada. (*Palmas!*).